

Quem disse ?

«Fala-se muitas vezes de um novo perfume do socialismo. Fala-se de Tony Blair, talvez de Gerard Schroeder. Mas o novo rosto do socialismo democrático é António Guterres.»

Jacques Delors

Diário de Notícias, 28 de Agosto

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Nº985 3 SETEMBRO 1998 100\$



ACÇÃO SOCIALISTA

Director Fernando de Sousa Director-adjunto José Manuel Viegas
Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



Socialistas denunciam

Projectos da AD criam mais clientelas políticas

Os 15 concelhos que o PSD e o PP pretendem criar, através de projectos de lei que entraram na Assembleia da República, geram no seu conjunto mais lugares políticos do que as oito regiões do continente que o PS pretende ver aprovadas em referendo.

A denúncia foi feita por António José Seguro, coordenador da Comissão Permanente do PS, terça-feira, durante uma conferência de imprensa na sede nacional, que se realizou após uma reunião de todas as estruturas distritais socialistas do País, com o objectivo de preparar a campanha do partido para o referendo sobre regionalização, no dia 8 de Novembro.

O camarada António José Seguro lançou também um apelo à «direita radical» para que os portugueses possam assistir a um debate sério sobre as consequências da criação das regiões administrativas no País, acabando assim com «o recurso a argumentos primários, que todos sabem que são falsos». Pelo sua parte, adiantou, o PS procurará fazer uma campanha serena, pedagógica e virada para o esclarecimento dos cidadãos». Ainda quanto à campanha que será protagonizada pelos socialistas, António José Seguro referiu que a maioria das iniciativas terá um âmbito regional. Paralelamente, os dirigentes socialistas, em conjunto com autarcas, cidadãos independentes e até elementos de outros partidos a favor da regionalização, irão elaborar projectos de desenvolvimento que poderão ser apresentados à Comissão Europeia, no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA), se esta reforma vier a ser aprovada pela maioria dos portugueses.

Durante a campanha, o PS explicará também que não tem uma visão dogmática sobre o actual modelo das oito regiões continentais, aceitando posteriormente ajustamentos de fronteira entre municípios, ou, mesmo, caso essa seja a vontade das respectivas populações, fusões entre regiões.

REGIONALIZAR

UNIDADE NA DIVERSIDADE



António Guterres encerrou o comício de Faro com uma intervenção em que explicou pormenorizadamente os benefícios da regionalização. Convicto, Guterres afirmou: «para mim regionalizar é uma questão de convicção, não é algo em que se mude de opinião ao sabor das conveniências.»

Regionalização

A opção que se coloca no referendo às regiões **Manter o velho Estado centralizador ou promover um desenvolvimento equilibrado**



O PS acaba de elaborar um manifesto sobre os méritos da regionalização, que deverá ser subscrito por muitos milhares de portugueses em todo o País. O objectivo é explicar de forma pedagógica as consequências da criação de regiões em Portugal e combater os falsos fantasmas levantados pela direita radical.

Política

Jacques Delors elogia o primeiro-ministro **Guterres é o novo rosto do socialismo democrático**



O ex-presidente da Comissão Europeia, o socialista Jacques Delors, não hesitou em considerar António Guterres «o novo rosto do socialismo democrático», enquadrando-o numa geração de políticos onde figuram Tony Blair, primeiro-ministro britânico, e Gerard Schroeder, candidato a chanceler na Alemanha.

Partido prepara-se para a regionalização

O próximo referendo de 8 de Novembro sobre a regionalização marcou as intervenções no comício de abertura do novo ano político que se realizou, na capital algarvia, no passado sábado.

A regionalização apontada como uma medida que reforça a coesão nacional e aumenta a justiça na distribuição regional da riqueza e do rendimento em Portugal, foi amplamente defendida pelos quatro oradores, tendo António Guterres feito uma longa explicação sobre o modelo regionalista que o Governo pretende para Portugal.

Explicando que a regionalização não é nenhum drama, o primeiro-ministro referiu que, ao contrário do que a oposição diz, não haverá «aumento da despesa pública visto que as regiões têm poderes que não lhes conferem a possibilidade de gastar mais, mas sim de ajudar a que se gaste melhor aquilo que o Estado decide gastar em defesa dos interesses dos cidadãos».

A urgência de uma verdadeira reforma administrativa do País e os benefícios que ela trará para o desenvolvimento harmonioso de um Portugal cada vez mais moderno e a caminho dos padrões de vida dos principais países da Europa central são os principais objetivos traçados por António Guterres.

Para isso é preciso que a oposição faça o que tem feito nos últimos orçamentos de Estado. Isto é, tenha o bom senso de não querer obrigar o Governo a governar com um orçamento que não é o seu. Apesar de haver indícios preocupantes sobre a actuação da oposição, Guterres foi bem explícito sobre esta matéria: «a única coisa que nos parece legítimo exigir é que não se forme no Parlamento uma coligação negativa dos três partidos da oposição para aprovarem um Orçamento que seja incompatível com o nosso programa de Governo» e adiantou que nessas circunstâncias «todos compreendem que o Governo não pode governar com um orçamento feito pela oposição contra o Governo, nestas circunstâncias cada um tem que assumir as suas responsabilidades».



TEORIA AUTOGESTIONÁRIA É RIGOROSA

Em entrevista ao «Acção Socialista» de 28 de Agosto de 1980, a propósito do lançamento do seu livro «Democracia na empresa», o camarada Marcelo Curto considerava que «a teoria autogestionária é alicianante e rigorosa, ao contrário do que afirmam os seus detractores quando a qualificam de utópica».

Marcelo Curto afirmava-se ainda convicto de que a democracia económica era «irreversível» e que o «poder democrático dos trabalhadores vai ganhando terreno». Passados quase 20 anos sobre estas declarações, e depois do reaganismo e do thatcherismo, da queda do muro de Berlim, da globalização da economia, da tentação neoliberal em que embarcaram alguns socialista muito modernos e pós-modernos e de uma série de outros factores internos e externos, a participação dos trabalhadores na gestão das empresas passou à história, assiste-se a uma acentuada degradação dos direitos laborais, os contratos a prazo são uma constante e a infâmia dos recibos verdes continua completamente impune.

Mas, porque o capitalismo selvagem não é nem nunca será uma solução, a democracia na empresa de que falava Marcelo Curto voltará, estamos certos, embora com algumas adaptações, a ser uma realidade, quando a onda neoliberal passar de moda face à sua incapacidade de promover o bem-estar geral.

28 de Agosto

Quem disse?

«O exemplo das organizações de trabalhadores da CEE, que têm feito recuar o patronato reaccionário e o capitalismo de Estado, é concludente para Portugal: a democracia económica é irreversível e o poder democrático dos trabalhadores vai ganhando terreno, porque o futuro é, realmente, do socialismo democrático.»

Marcelo Curto



GRUPO PARLAMENTAR DO PARTIDO SOCIALISTA EUROPEU

Reunião anual
Coimbra e Aveiro 8 a 10 de Setembro

Programa

Quarta-feira 9 de Setembro

9.30 h - 11.15 h
Reunião da Mesa (Bureau) do Grupo/
Grupos de Trabalho
Palácio de Congressos de Aveiro
11.30 h - 12.45 h
Reunião do Grupo
Palácio de Congressos de Aveiro
Sessão de Boas-Vindas
Alberto Souto, presidente da Câmara de Aveiro
«Portugal e o futuro da Europa»
Pauline Green, presidente do Grupo Parlamentar do PSE
António Guterres, primeiro-ministro de Portugal

Quinta-feira 10 de Setembro

9.15 h - 12.30 h
Reunião do Grupo
Palácio de Congressos de Aveiro
15 h - 18.30 h
Reunião do Grupo (continuação)
20.30 h
Jantar
Museu da Cidade de Aveiro, a convite do presidente da Câmara local, Alberto Souto

Sexta-feira 11 de Setembro

6.50 h
Estação de Aveiro
-partida de comboio para a estação da Curia
7.5 h
Estação da Curia
partida de comboio para a gare do Oriente em Lisboa
9.30 h
Chega à Expo-98
Gare do Oriente em Lisboa
10 h - 12.30 h
Visita guiada à Expo-98
12.30 h 14 h
Almoço no Pavilhão da União Europeia (Expo-98)
-oferecido por Jaime Gama, ministro dos Negócios Estrangeiros
15 h - 16 h
Visita guiada à Expo-98
17 h - 20 h
Transportes da Expo-98 para o aeroporto de Lisboa

Na reunião do Grupo Parlamentar do PSE, realizada em Portugal por iniciativa de Luís Marinho, vice-presidente do Grupo Parlamentar do PSE e vice-presidente do Parlamento Europeu, destaca para as presenças do primeiro-ministro, António Guterres, do presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, do vice-presidente da Assembleia da República, Manuel Alegre, do ministro do Equipamento e do Planeamento, João Cravinho, do ministro dos Assuntos Parlamentares, António Costa, do secretário de Estado dos Assuntos Europeus, Seixas Costa, dos presidentes das Câmaras de Coimbra e Aveiro, respectivamente, Manuel Machado e Alberto Souto, e de Pauline Green, presidente do Grupo Parlamentar do PSE.

EFEMÉRIDE

Praga 68 Quando os tanques esmagaram a Primavera

Há 30 anos a ignomínia. Na noite de 20 para 21 de Agosto, 600 mil soldados do Pacto de Varsóvia invadiam a Checoslováquia, pondo em prática a doutrina Brejnev. Era o fim da Primavera de Praga, uma experiência de humanização do «socialismo real» levada a cabo por Dubcek, que desde o início contou com a desconfiança da nomenclatura de Moscovo. Em Praga, as tropas do «big brother» Brejnev, em nome do «socialismo real» esmagavam o «socialismo de rosto humano». Nas ruas da capital da então Checoslováquia, a população resistiu como pôde aos tanques do invasor. Através dos «media», nomeadamente da televisão, o mundo assistia indignado à extinção da Primavera de Praga. Em Setembro, neutralizado Dubcek e os renovadores e colocados na chefia do PC os ortodoxos fiéis a Moscovo, iniciava-se a



«normalização» com o habitual cortejo de horrores. A Primavera dava lugar a um longo Inverno. Os checos teriam de esperar 21 anos por uma nova Primavera. Em 1989, a Revolução de Veludo, liderada pelo escritor Vaclav Havel, punha fim a um regime desacreditado. Os checos eram finalmente donos do seu destino.

J. C. CASTELO BRANCO

NOVOS DESAFIOS

Jacques Delors elogia o primeiro-ministro

GUTERRES É O NOVO ROSTO DO SOCIALISMO DEMOCRÁTICO

O ex-presidente da Comissão Europeia, o socialista Jacques Delors, não hesitou em considerar António Guterres «o novo rosto do socialismo democrático», enquadrando-o numa geração de políticos onde figuram Tony Blair, primeiro-ministro britânico, e Gerard Schroeder, candidato a chanceler na Alemanha. Após as palavras de Jacques Delors, o chefe do Governo português abriu a conferência subordinada ao tema «O Portugal europeu» no Centro Cultural de Belém. A análise feita por António Guterres entusiasmou uma plateia maioritariamente francesa. Durante a sua intervenção, o chefe do Governo fez também questão de sublinhar que Portugal recusa seguir uma conduta «egoísta» e apoia inequivocamente o alargamento a leste da União Europeia, não fazendo depender este projecto de factores como o acesso a fundos comunitários.

«O novo rosto do socialismo democrático é ele», afirmou Jacques Delors, referindo-se ao secretário-geral do PS, momentos antes de o primeiro-ministro português iniciar uma conferência em que analisou de forma pormenorizada os grandes de-

safios que se colocam a um mundo globalizado e ao longo da qual explicou a linha estratégica de Portugal para a próxima década dentro da União Europeia. Depois do ex-presidente da Comissão Europeia ter tecido rasgados elogios ao comportamento de Portugal entre os «Quinze» Estados-membros da União Europeia — aproveitando então a ocasião para condenar a arrogância de políticos da Europa do Norte, que colocavam o país num depreciativo «Club Med» —, António Guterres começou a sua intervenção recordando a acção determinante de Mário Soares para que Portugal tivesse aderido à então Comunidade Económica Europeia.

Recusar egoísmos nacionais

A presença de Portugal na União Europeia, segundo o primeiro-ministro, pode mesmo ser dividida em duas fases distintas: a primeira em que aceitou um Papel algo periférico no processo de construção e de aprofundamento; um segundo, o actual, em que o país conseguiu ficar no centro de decisão política europeu e mundial. Para o efeito, lembrou que o nosso país foi um dos que obteve melhores resultados económicos na passagem à terceira fase da União Económica e Monetária e, por outro lado, que se coloca entre os melhores ao nível da taxa de desemprego — somente na ordem dos 4,6 por cento, de acordo com dados recentes do Instituto Nacional de Estatística.

Ainda evidenciando os progressos registados no País, sobretudo nos últimos anos, o primeiro-ministro apontou que Portugal deixou de ser um país de emigração, para passar a ser um país com forte imigração. Mereceu ainda uma especial referência a velocidade do aumento do investimento externo nacional em continentes como a América do Sul, a Ásia e África.

«Neste momento, aos portugueses interessam todos os assuntos mundiais. Não estamos na União Europeia apenas para receber fundos», sublinhou, antes de deixar bem clara a sua recusa em relação a «uma visão egoísta» da nossa participação nas instituições europeias. Mas essa lógica egoísta, lamentou António Guterres, «emerge muitas vezes em reuniões entre chefes de estado e de Governo» dos «Quinze». Uma lógica unicamente voltada para os interesses eleitorais dos políticos de cada Estado-membro e que não permite à União Europeia enfrentar com maior eficácia os desafios que se colocam a um mundo globalizado.

Regular o Mundo globalizado

Durante a conferência no Centro Cultural de Belém, o primeiro-ministro fez igualmente uma forte crítica às perspectivas neoliberais, a um mundo de concorrência sem regras, defendendo, em contrapartida, a criação de blocos regionais fortes e a existência de regras entre esses mesmos blocos. «Temos de

construir organizações regionais fortes, não só económicas, mas também políticas», sustentou, antes de garantir que a solução mais viável «está na cooperação ao nível mundial».

Neste contexto, defendeu a ideia de que a União Europeia deverá reforçar a sua cooperação com a América Latina, de forma a aprofundar a criação do Mercosul. Um passo que seria importante, afirmou, para evitar que o mundo seja orientado apenas «por uma potência hegemónica».

Voltando à política da União Europeia, o secretário-geral do PS deixou bem claro que Portugal «também deseja contribuir para a reforma institucional». Só que a via como se procederá a essa reforma «não pode limitar-se à discussão do peso de cada Estado-membro» entre os «Quinze». Mais importante do que isto, de acordo com o chefe do Governo, será «criar um espaço comunicacional dentro da União Europeia, onde não existe uma opinião pública, mas várias».

Alertou, ainda, para o facto de o Banco Central Europeu ser mais sensível actualmente ao controlo das inflações e dos défices de cada país, quando a economia europeia precisa de crescer e de combater o desemprego. Precisamente por este aspecto, António Guterres apoiou a ideia de Jacques Delors, quando assumia as funções de presidente da Comissão Europeia, no sentido de serem criados «eurobonds» para aumentar os investimentos públicos em cada Estado-membro.

ECONOMIA

INE

PORTUGAL MANTER-SE-Á ACIMA DA MÉDIA EUROPEIA

A economia portuguesa manterá um ritmo de crescimento acima da média da União Europeia (UE), fundamentalmente devido ao impacto da Expo'98, considerou o Instituto Nacional de Estatística (INE) na sua síntese mensal de Julho, divulgada recentemente.

Assim, a realização da Exposição Mundial de Lisboa contribuirá para a aceleração da economia nacional até ao final do terceiro trimestre, após a desaceleração verificada em Julho, acrescentou o INE.

Outro factor que levará a economia nacional a registar uma performance acima da UE será o abrandamento que já começou a fazer-se sentir em economias como a britânica, bem como os efeitos da crise financeira asiática.

No mesmo documento, o organismo responsável pela estatística salientou igualmente o dinamismo económico durante o



primeiro semestre, nomeadamente o crescimento homólogo - superior a 4 por cento - e a descida do desemprego para 4,6 por cento, contra os anteriores 6,3 por cento. Também as exportações nacionais mereceram uma análise positiva por parte do INE, que estima a manutenção do ritmo elevado atingido no primeiro trimestre, até ao final de 1998.

O investimento das famílias na habitação é outro dos indicadores que deverão manter a sua expansão, tendo o valor do crédito concedido para este fim crescido mais de 50 por cento face ao primeiro semestre de 1997, tendência que contrasta com o investimento aplicado em obras públicas e transportes, que se mostrou menos dinâmico.

Segundo o comportamento verificado na União Europeia, onde a procura interna se mostra muito dinâmica, devido à descida do desemprego e à recuperação do inves-

timento industrial, o consumo tem igualmente demonstrado uma evolução positiva, com destaque para as vendas de automóveis.

Referindo-se às tendências da inflação, o INE concluiu que a subida de 3,1 por cento verificada em Julho (evolução homóloga) se deveu à persistência de comportamentos anómalos dos preços de alguns produtos, como os alimentares, bebidas, e os serviços de alojamento, por causa da instabilidade climática e da forte procura ocasionada pela Expo.

«No entanto, o indicador da inflação subjacente - a que não inclui produtos cujos preços sofrem alterações motivadas por causas anómalas - manteve-se estável durante os últimos três meses», salienta o documento do INE, concluindo que este factor, juntamente com o desaparecimento dos factores anómalos referidos, levará a um comportamento mais favorável.

MANIFESTO

A opção que se coloca no referendo às regiões

MANTER O VELHO ESTADO CENTRALIZADOR OU PROMOVER UM DESENVOLVIMENTO EQUILIBRADO

O PS acaba de elaborar um manifesto sobre os méritos da regionalização, que deverá ser subscrito por muitos milhares de portugueses em todo o País. O objectivo é explicar de forma pedagógica as consequências da criação de regiões em Portugal e combater os falsos fantasmas levantados pela direita radical. Em alternativa às correntes centralizadoras, os apoiantes da regionalização pretendem preservar o Estado unitário, mas querem no plural nas suas identidades, mais unido e forte na realização da democracia e do desenvolvimento.

Para a direcção do PS e para muitos cidadãos independentes que defendem a regionalização, no próximo dia 8 de Novembro, «a grande opção que se coloca é a de manter um Estado centralista e uma administração pública concentrada — e muitas vezes ineficaz —, ou abrir espaço à descentralização regional, a um novo patamar institucional da democracia e ao reforço da participação cívica». «A regionalização assumida como projecto de renovação do Estado democrático é uma aposta histórica, cuja recusa significaria o seu diferimento para um tempo incerto, senão mesmo o seu afastamento definitivo», alerta o manifesto, onde também

se assinala que «estamos perante uma reforma estrutural do Estado que visa, essencialmente, criar as condições de uma melhor organização e desenvolvimento dos recursos nacionais, designadamente por intermédio de uma mais intensa solidariedade entre regiões portuguesas».

«Os portugueses de muitas regiões do País têm a noção precisa, e exacta, de serem tratados desigualmente em relação a parte dos seus compatriotas, verificando-se uma crónica distinção entre as condições de vida do litoral e no interior». Aliás, como refere o manifesto, «no próprio litoral verifica-se uma depreciação das condições existentes nas periferias dos centros metropolitanos de Lisboa e do Porto». Desta forma, uma das primeiras vantagens de regionalizar o País passa pela possibilidade de ser promovida «uma racionalidade económica e democrática, um meio de preservação das identidades locais, tendo sempre como objectivo o reforço da coesão nacional».

Aproximar os centros de decisão

O manifesto pelo sim à regionalização responde, igualmente, a uma das acusações que têm sido lançadas pelos opositores desta reforma, segundo a qual ela fomentará a divisão do País. Nada disso é verdade.

«Em Portugal há minhotos, transmontanos, beirões, ribatejanos, alentejanos, algarvios que querem exprimir as suas urgências regionais e que não o podem fazer de for-

ma institucional», responde o documento. Essa impossibilidade, de resto, como se lembra no trabalho, estende-se mesmo à região de Lisboa e de Setúbal, onde a inexistência de uma entidade administrativa supranacional dificulta a resolução dos problemas e o desenvolvimento.

«A regionalização não vai, por isso, dividir o País. Vai, pelo contrário, contribuir para acabar com as divisões existentes e contribuir para que as diversas regiões do País se debrucem mais directamente sobre os seus problemas e a maneira de os resolver». Por isso, como salienta o manifesto, «as regiões terão a função essencial de ajudar a organizar o desenvolvimento da respectiva região e constituir um factor de equilíbrio e de justiça no progresso das diversas regiões do País, tal como acontece na generalidade dos países da União Europeia, com excepção da Grécia».

Ou seja, «as competências constitucionais das regiões são essencialmente de planeamento regional e de participação na elaboração do plano nacional, na gestão de incentivos de âmbito regional, de decisão sobre as prioridades de investimento público na região, e em tarefas de coordenação e apoio à acção dos municípios».

Aumentar a transparência democrática

Além de a regionalização constituir um factor que induzirá a reforma da Administração Pública — «um exercício efectivo de coordenação da actividade de vários mi-

nistérios cujos serviços já hoje estão regionalmente divididos» —, a reforma desejada pelo Governo e pelos socialistas pretende também «institucionalizar um novo patamar no policentrismo democrático, em oposição a uma herança centralista».

De resto, como sublinha o manifesto, o aprofundamento da organização territorial do Estado «tem sido uma progressiva aquisição da democracia portuguesa». A este propósito, lembra-se que «os municípios e as freguesias, até as áreas metropolitanas, e em outro plano, as autonomias regionais dos Açores e da Madeira (com poderes políticos e legislativos próprios), só com o 25 de Abril viram estruturar-se uma nova especialização democrática. E ninguém questiona hoje, longínquas que vão as mitologias passadistas, a importância das autonomias e das autarquias locais como instrumento e factor de desenvolvimento e de unidade nacional».

Por isso, concluem os autores do manifesto, «a regionalização é assim um mais da democracia, uma nova escala da partilha territorializada do exercício democrático, em que os representantes eleitos pelas populações regionais são chamados a deliberar sobre opções políticas e administrativas que hoje cabem, mais do que ao Governo central, às burocracias da alta Administração Pública». E acrescentam: «Não se diga, por isso, que as regiões administrativas vão constituir um aumento da burocracia, pois a sua instituição não comportará qualquer acréscimo significativo dos titulares de cargos políticos ou públicos.»

REFERENDO

Regiões

DEFINIDO CALENDÁRIO DE ACÇÕES

A publicação, na passada segunda-feira, do decreto presidencial a marcar o referendo à regionalização, inicia de imediato o calendário de acções para o escrutínio de 8 de Novembro.

A partir de agora fica proibida a propaganda política feita, directa ou indirectamente, através de qualquer meio de publicidade comercial em órgãos de Comunicação Social ou fora deles.

O decreto presidencial - assinado por Jorge Sampaio a 19 de Agosto último - a convocar o referendo à regionalização para Novembro foi publicado em «Diário da República», no dia 1.

Fica assim também estabelecida a data (de 1 de Setembro a 28 de Novembro) a partir da qual os arrendatários de prédios urbanos poderão afectá-los à preparação e re-



alização da campanha, através de partidos e grupos de cidadãos proponentes.

Ainda, até dia 16, os partidos ou coligações e os grupos de cidadãos que queiram participar na campanha têm de o declarar na Comissão Nacional de Eleições (CNE).

As rádios locais que pretendam inserir matéria de campanha na sua programação devem comunicá-lo à CNE até dia 12 do próximo mês. E até dia 17, também de Outubro, as rádios e televisões têm de comunicar os horários dos tempos de antena.

O sorteio dos tempos de antena dos partidos e grupos de cidadãos eleitores é feito até dia 24 de Outubro.

A campanha para o referendo às regiões decorre de 27 de Outubro a 6 de Novembro. De 1 a 8 de Novembro (até ao encerramento das urnas) fica proibida a divulgação dos resultados de sondagens ou de inqué-

ritos de opinião relativos ao escrutínio.

Podem votar antecipadamente os militares ou agentes das forças de segurança que no dia do referendo estejam impedidos de se deslocar à assembleia de voto, os trabalhadores marítimos e aeronáuticos e ferroviários e rodoviários de longo curso que estejam ausentes, os doentes internados e os presos.

No dia 8 de Novembro os portugueses vão ser chamados a responder «Sim» ou «Não» às seguintes perguntas: «Concorda com a instituição em concreto das regiões administrativas?» e «Concorda com a instituição em concreto da região administrativa da sua área de recenseamento eleitoral?». Este é o segundo referendo jamais realizado em Portugal. O primeiro - despenalização do aborto - realizou-se no passado dia 28 de Junho.

REGIÕES TRARÃO MAIS EQUILÍBRIO E DESENVOLVIMENTO

O secretário de Estado da Administração Interna, Luís Parreirão, realçou no dia 19 de Agosto, em Arganil, as potencialidades da regionalização para que Portugal seja «mais equilibrado e economicamente mais desenvolvido».

Luís Parreirão, que falava na inauguração da XVII Feira Industrial, Comercial e Agrícola da Beira Serra (Ficabeira), em Arganil, felicitou os organizadores desta iniciativa, sobretudo, «pelo importante simbolismo do desenvolvimento das potencialidades que Arganil assume em toda esta região».

O governante considerou que «o tecido empresarial de Arganil está preparado para os desafios que se avizinham», sendo a concretização da XVII Ficabeira «a prova mais certa» disso.

No seu discurso, Luís Parreirão enalteceu o Poder Local, «pelo que representa de aproximação entre os decisores e os destinatários das decisões», considerando que «é um dos pilares mais sólidos de uma sociedade livre e de progresso, vencida que está, no essencial, a batalha de dotar o País das infra-estruturas necessárias, dando, assim, satisfação às carências mais básicas das populações».

É chegado, pois, sublinhou, «o momento de, juntamente com os nossos parceiros, avançarmos para novos desafios de desenvolvimento e de concretização do bem-estar».

Perante um desafio de tal envergadura, o secretário de Estado da Administração Interna considerou que «é imprescindível aprofundar a cooperação entre a Administração Central e o Poder Local», acrescentando que «os desafios que se nos colocam exigem a mobilização de todos».

«Conheço bem as dificuldades que os autarcas experimentam, confrontados, tantas vezes, com bloqueamentos burocráticos, com uma certa incompreensão da Administração Pública e com vícios antigos do centralismo, que a democracia ainda não venceu», disse.

Unidade e coesão

Sublinhou que «a unidade e a coesão não se decretam, nem se impõem», surgindo, naturalmente, «como um imperativo, na consciência dos portugueses, ao defenderem o que os une, mas, também, na assunção das suas diversidades e no reconhecimento das particularidades de cada região».

Segundo referiu Luís Parreirão, «as diferenças são e serão sempre um factor de enriquecimento», acrescentando que «é pela sua aceitação que se forjam os consensos necessários a uma afirmação nacional que seja, simultaneamente, capaz de vencer o



desafio da integração, num grande espaço de solidariedade, como é a União Europeia e conseguir um crescimento mais uniforme do todo nacional, pelo progresso das diferentes regiões».

As sociedades modernas, disse, «não são unanimes: reforçam a sua coesão nacional, no pluralismo das soluções encontradas e na responsabilização das comunidades na gestão dos seus próprios interesses e aspirações».

Há, porém, segundo sublinhou, «um espaço de vida, inequivocamente identificável, relativamente ao qual a sua afirmação parece suscitar algumas resistências» e que é, obviamente, o espaço regional, um «espaço intermédio entre o espaço local e o espaço nacional, espaço de organização da administração, de agrupamento de interesses, de busca de novos modelos de desenvolvimento e de afirmação de solidariedade».

Para o secretário de Estado da Administração Interna, «a inexistência de uma tradição administrativa de dimensão regional não significa a ausência ou a inexistência de elementos característicos de uma identidade própria, nem tal é a questão essencial que o País é hoje chamado a discutir».

Participação acrescida dos cidadãos

Luís Parreirão afirmou-se convicto de que «basta investir, com coerência, determinação e visão de futuro nas potencialidades das regiões periféricas e, até agora, mais abandonadas, vencendo desequilíbrios e assimetrias, para que o progresso e o bem-estar possam ganhar novo alento», acrescentando que «estamos a viver um desafio

colectivo de enorme responsabilidade e importância de que depende decisivamente o progresso rápido das regiões mais atrasadas. Joga-se nele o nosso futuro e a possibilidade de construirmos um país regionalmente mais equilibrado e economicamente mais desenvolvido».

Assim, referiu, «a afirmação e a valorização desta diversidade constituem uma fonte de enriquecimento cultural e económica do País e o contributo para a afirmação de Portugal na Europa e no Mundo».

Para além de factor de «afirmação de Portugal no processo de desenvolvimento do espaço comunitário», o governante sustentou que «a identificação destes espaços regionais constitui, também, condição de reforço do processo democrático, por força da aproximação e da participação acrescida dos cidadãos».

Para o secretário de Estado, «o processo de integração de Portugal na União Europeia exige um esforço acrescido de planificação e acompanhamento do desenvolvimento local e regional e exige, igualmente, um esforço de afirmação de Portugal no interior da Europa».

Luís Parreirão considerou ainda que, um contexto envolvente, caracterizado por «um ritmo acelerado de mudanças políticas, económicas e tecnológicas, com relevantes efeitos sociais e culturais, embora muitas vezes imprevisíveis, a ideia da construção da União da Europa, como espaço de vivência e de afirmação das diferenças entre os vários Estados, orientada pelos princípios fundamentais da participação e da responsabilização dos cidadãos, continua a dinamizar um projecto sólido e estável».

«A concretização deste projecto europeu,

adiantou, para ser conseguido e ter sucesso, requer a participação e o empenhamento dos diferentes Estados membros, o contributo e o compromisso da cada um deles na construção deste objectivo comum.»

E para que cada Estado-membro possa contribuir, na medida das suas potencialidades, no esforço comum, Luís Parreirão considerou «indispensável a recuperação de atrasos de desenvolvimento, ainda existentes».

Portugal, referiu, «continuará a ter à sua disposição novos fundos e incentivos para ampliar e aperfeiçoar o esforço de desenvolvimento das suas estruturas de produção, por forma a que elas possam, no final do século, contribuir equilibradamente para o tal esforço conjunto de aperfeiçoamento qualitativo da Europa».

Mas, alertou no entanto, «que se nos queremos desenvolver, de forma harmoniosa e solidária, não temos que esconder as nossas carências, nem dissimular os indicadores de bem-estar, em estatísticas frias e enganosas».

Neste contexto, sustentou que «evidenciar as dificuldades é a melhor forma de as resolver».

Para Luís Parreirão, «a riqueza de cada nação decorre da interacção, do equilíbrio e da coesão que diversas regiões estabelecerem no processo de crescimento e de desenvolvimento».

Assim, na sua opinião, «o reconhecimento e a afirmação das diferenças e a valorização e aproveitamento das potencialidades próprias de cada região constituem pressupostos essenciais de uma estratégia consequente de desenvolvimento local e regional».

«Tenho a consciência de que não se trata de tarefa fácil. Mas, estou convicto de que este é o caminho», sustentou, acrescentando que «a concretização deste grande objectivo pressupõe a capacidade de mobilização de todos nós».

Recuperar atrasos estruturais

«A recuperação dos atrasos estruturais que ainda possuímos conheceu, com o regime democrático, avanços significativos», pelo que, sublinhou, «não pode, por isso, abandonar».

Requer, pelo contrário, «uma aceleração no ritmo e mudanças organizativas, susceptíveis de envolver um maior número de actores e de agentes de desenvolvimento local, regional e nacional».

«Introduzindo esta mudança organizativa, de natureza administrativa», Luís Parreirão salientou que «Portugal participa no movimento de renovação institucional da Europa, ao mesmo tempo que consegue reforçar as suas tradições regionais, que unem os portugueses, na diferença».

J. C. CASTELO BRANCO

PELO PAÍS

Governança Aberta

AGRICULTURA – O ministro da Agricultura, do Desenvolvimento Rural e das Pescas, Gomes da Silva, visitou, ontem, a loja dos Sabores Tradicionais, na Expo'98, gerida por agrupamentos de produtores, onde se realizou uma prova de produtos biológicos.

AVEIRO - Tendo em vista um conhecimento mais directo das obras actualmente em curso no distrito de Aveiro, o governador civil, Antero Gaspar, efectuou, ontem, uma ampla visita aos novos empreendimentos enquadrados no contexto educativo, designadamente escolas e pavilhões desportivos.

«Com a abertura do novo ano lectivo em perspectiva, considero da maior importância avaliar pessoalmente o estado dos equipamentos escolares em fase de construção e/ou de conclusão, dado o avultado investimento efectuado pelo Governo nesta área tão sensível, como é a Educação, considerada aliás, área prioritária por excelência», afirmou Antero Gaspar.

Foram convidados a integrar estas visitas os directores regionais de educação do Norte e do Centro, bem como os respectivos técnicos responsáveis pela fiscalização das obras, os coordenadores das Áreas Educativas de Aveiro e de Entre Douro e Vouga, e o sub-delegado distrital do IND.

CIÊNCIA – Os visitantes da Expo'98 tiveram oportunidade, durante todo o dia 1 de Setembro, de aprofundar conhecimentos sobre técnicas de orientação geográfica, bem como sobre a importância histórica da mesma dentro do contexto da «aventura marítima portuguesa».



Utilizando modelos de instrumento usados pelos navegadores portugueses (astrolábios, quadrante e relógio de sol), os visitantes puderam calcular a altura do Sol e a hora solar.

Paralelamente, foi possível experimentar as técnicas actuais de orientação e posicionamento, com recurso a equipamentos de GPS (Global Positioning System). Esta iniciativa simbólica de comemoração das viagens dos descobrimentos através do exercício vivo da ciência contou com as presenças do ministro da Ciência e da Tecnologia, Mariano Gago, do presidente da Comissão Mundial Independente dos Oceanos (CMIO), Mário Soares, do director-geral da UNESCO, Frederico Mayor, e do coordenador da CMIO, Mário Ruivo.

CULTURA – O ministro da Cultura, Manuel Maria Carrilho, e o presidente da Câ-

mara Municipal do Porto, Fernando Gomes, estiveram presentes na Casa das Artes, Palácio D'Allen, no Porto, para participar na primeira reunião formal da Comissão Instaladora Porto – 2000. A reunião contou igualmente com a presença de toda a equipa da Comissão Porto – 2000, coordenada por Artur Santos Silva e constituída por vereadores da edilidade portuense.

ECONOMIA - O ministro da Economia, Pina Moura, deslocou-se, no passado mês de Agosto, ao Algarve, na companhia do secretário de Estado do Turismo, Vítor Neto, onde realizou uma reunião com a Comissão Executiva da Região de Turismo do Algarve (RTA) e participou em várias visitas à região.

Segundo Pina Moura, a deslocação teve quatro objectivos. O primeiro consistiu em avaliar a aplicação do protocolo assinado em Março entre o Ministério da Economia e a RTA, que fixava nove objectivos de descentralização de competências da Secretaria de Estado do Turismo para a RTA.

Contactar com empresários e associações empresariais ligadas ao sector do turismo foi o segundo objectivo da referida «ida ao Sul» de Pina Moura, enquanto que o terceiro objectivo visou visitar obras e projectos ligados ou com incidência na actividade turística, participadas pelo Ministério da Economia em parceria com o Ministério do Equipamento e Planeamento e Ministério do Ambiente.

O ultimo objectivo da visita ao Algarve do titular da pasta da Economia prendeu-se com a determinação da sensibilidade dos agentes locais, políticos, institucionais e económicos sobre o andamento do turismo na região, e os dados provisórios sobre o Verão de 1998.

Pina Moura anunciou ainda o apoio do seu ministério ao projecto da RTA para o «Programa Milénio», que vai promover, entre 1 de setembro de 1999 e 30 de Julho de 2000, um conjunto de eventos ligados a viragem do século e do milénio, de forma a garantir o combate a sazonalidade da actividade turística algarvia e a atrair, através de um conjunto diversificado de eventos, movimentos turísticos mais significativos para o Algarve na época baixa.

EQUIPAMENTO – O ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho, esteve presente, ontem, nas Festas do Povo de Campo Maior.

A visita iniciou-se de manhã, junto da escola Preparatória de Campo Maior, passando pelas ruas engalanadas e terminando com a cerimónia de assinatura do Livro de Honra, na Câmara Municipal.

FINANÇAS – O ministro das Finanças, Sousa Franco, declarou, em conferência de Imprensa sobre a execução orçamental de 97 e conta de 98, realizada em Lisboa, no passado dia 26 de Agosto, que os valores do Rácio da Dívida Pública são, provisoriamente, 62,4 por cento para 1997 e 59 por cento (estimativa) para 1998.

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 20 de Agosto

O Conselho de Ministros aprovou:

- Uma proposta de lei que aprova a alteração à Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas;
- Um decreto regulamentar que estabelece os procedimentos para a fiscalização da condução sob a influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas;
- Uma proposta de lei que autoriza o Governo a legislar em matéria de importação e exportação de bens e tecnologias que passam a afectar os interesses estratégicos nacionais;
- Um decreto-lei que cria um regime excepcional de contratação pública para realização de contratos de obras públicas e de contratos de fornecimentos, aquisição e locação de bens e serviços, para os trabalhos de reparação, reconstrução e edificação, e outros decorrentes da crise sísmica de 9 de Julho de 1998, ocorrida na Região Autónoma dos Açores;
- Um decreto-lei que promove a transição do pessoal docente que se encontra a prestar serviço no Ministério da Cultura e em institutos públicos sujeitos à tutela ou à tutela e superintendência do ministro da Cultura para a carreira técnica superior e técnica;
- Um decreto-lei que estabelece normas sobre o regime jurídico do pessoal não docente da Universidade de Évora e de transição para o respectivo quadro de pessoal;
- Um decreto-lei que equipara a agente de autoridade administrativa, para exercício das suas funções de fiscalização, o pessoal das entidades a que, no âmbito autárquico, incumbe ou venha a incumbir a fiscalização do estacionamento de duração limitado na via pública;
- Uma resolução que equipara o presidente da Comissão de Gestão dos Fundos Comunitários, para efeitos remuneratórios, a presidente do Conselho de Administração de Empresa Pública do Grupo A, nível 1;
- Uma resolução que nomeia Maria Eugénia Corte-Real Beirão Magro Novais dos Reis, para o cargo de supervisora do Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

DESTAQUE - CM

Comércio externo

EXECUTIVO REVÊ REGIME DE IMPORTAÇÕES/EXPORTAÇÕES

A Assembleia Legislativa analisará em breve uma proposta de lei que visa autorizar o Governo a rever o regime de importação, introdução, exportação, expedição, trânsito e reexportação de bens e tecnologias que possam pôr em causa a defesa ou os interesses estratégicos nacionais, bem assim como a estabelecer limitações àquelas operações e fixar sanções penais e contraordenacionais para as respectivas infracções.

Esta revisão procura aperfeiçoar os mecanismos de controlo neste domínio e, simultaneamente, adaptar o actual regime à legislação comunitária, quer no que respeita aos procedimentos, quer aos bens sujeitos a controlo.

Recorde-se que o referido regime comunitário foi estabelecido pelo Regulamento (CE) n.º 3381/94, do Conselho, de 19 de Dezembro e alterado pelo Regulamento (CE) n.º 837/95, do Conselho.

Das alterações a introduzir, destaque-se a ampliação das situações em que se exigem licenciamento, certificação ou autorização pelos Ministérios da Defesa Nacional ou da Economia para estas operações.

Assim, de acordo com o novo diploma, pas-



sam a ser exigidos licenciamentos, certificações ou autorizações não só para a importação, exportação, exportação temporária e reexportação, mas também para a introdução, expedição e trânsito de bens e tecnologias militares e de dupla utilização.

DESTAQUE - CM

Segurança rodoviária

FISCALIZAÇÃO RIGOROSA PARA CONDUÇÃO IMPRUDENTE

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 20 de Agosto, um decreto regulamentar que define os procedimentos para a fiscalização da condução sob a influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas.

Na sequência da revisão do Código da Estrada, este diploma vem regulamentar a fiscalização da condução sob a influência do álcool ou de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas (drogas de abuso), a que ficam sujeitos não só os condutores, mas também os demais utentes da via pública sempre que intervenham em acidente de trânsito.

Segundo o novo regime, o teste para a determinação do teor de álcool no sangue pode ser feito através do ar expirado, em alcoolímetro ou por análise de sangue.

A presença de álcool no sangue pode ser, desde logo, despistada através de teste realizado em analisador qualitativo. Se existirem indícios de álcool no sangue o examinando é submetido, num prazo não superior a 30 minutos, a novo teste, a realizar em analisador quantitativo. Se o teste quantitativo revelar uma taxa de álcool igual ou superior a 0,50 g/l o examinando pode, de imediato, requerer a realização da contraprova, devendo esta ser efectuada no prazo máximo de 15 minutos.

A contraprova pode ser realizada no mesmo analisador (ou em outro, se houver pos-



sibilidade) ou através de análise de sangue. A colheita de sangue deve ser efectuada no prazo máximo de duas horas após o acto de fiscalização ou a contar da ocor-

rência do acidente de viação.

Para a colheita do sangue destinado à realização destas análises, bem como das determinadas para a detecção da presença

de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas, são competentes apenas os serviços de urgência da rede hospitalar pública, enquanto a realização das análises apenas pode ser feita num dos Institutos de Medicina Legal de Lisboa, Porto ou Coimbra.

Recorde-se que a condução sob a influência do álcool é punida com coima de 20 a 100 contos e com sanção acessória de inibição de conduzir pelo período de um mês a um ano se a taxa de álcool no sangue não for superior a 0,8 g/l; com coima de 40 a 200 contos e sanção acessória de inibição de conduzir pelo período de dois meses a dois anos se for superior aquele valor de 0,8 g/l.

Quando a taxa de álcool no sangue for igual ou superior a 1,2 g/l a condução nessas circunstâncias constitui crime, punido com pena de prisão até um ano ou com pena de multa até 120 dias, nos termos do Código Penal.

Por sua vez, a condução sob influência de substâncias estupefacientes ou psicotrópicas é punida com coima de 40 a 200 mil escudos e com sanção acessória de inibição de conduzir, pelo período de dois meses a dois anos.

Com a aprovação deste novo diploma, o Executivo socialista continua, deste modo, a dar cumprimento ao Programa do Governo no que respeita à melhoria das condições de segurança rodoviária.

DESTAQUE - CM

Defesa

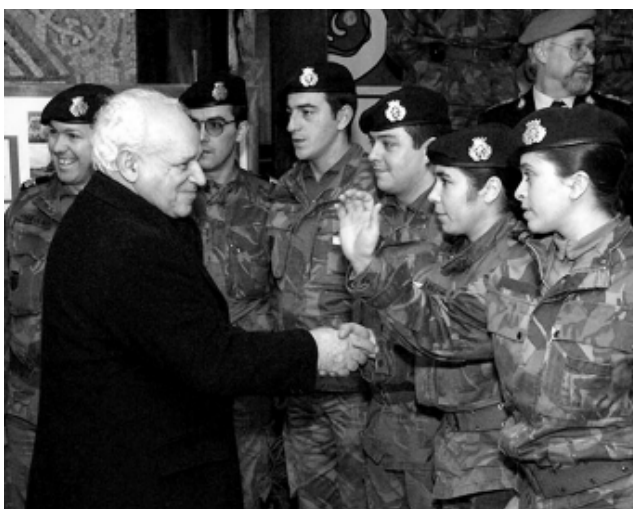
NOVA LEI: O FIM DO SMO

O Governo aprovou, no passado dia 20 de Agosto, em reunião de Conselho de Ministros, uma proposta de lei que aprova a alteração à Lei da Defesa Nacional e das Forças Armadas.

O diploma, a apresentar à Assembleia da República, vem alterar diversos artigos da Lei n.º 29/82, de 11 de Dezembro, no sentido de os harmonizar com a lei de revisão constitucional n.º 1/97, de 20 de Setembro, e, no que diz respeito ao artigo 31º, de adequar ao espírito constitucional e às concepções do presente Governo as restrições ao exercício de direitos por militares.

Neste projecto mereceram atenção os artigos que resultam da desconstitucionalização do serviço militar obrigatório em tempo de paz, da possibilidade de as Forças Armadas participarem em missões humanitárias e de paz assumidas pelas organizações internacionais de que Portugal faça parte e, igualmente, da sua colaboração em missões de protecção civil.

Por outro lado, face à desactualização das restrições ao exercício de direitos por



militares vigentes, nomeadamente no contexto da filosofia e realidades nacional e europeia dos nossos dias e, ainda, perante a nova lei de serviço militar que se encontra em processo de audição junto do Conselho Superior de Defesa Militar para posterior envio à Assembleia da República, julgou-se conveniente e oportuno proceder, no espírito de uma maior abertura, à actualização do preceito contido no artigo 31º da actual Lei (Restrições ao exercício de direitos por militares), sem prejuízo da manutenção dos princípios essenciais em que radicam a coesão, disciplina e operacionalidade das Forças Armadas.

Entre as alterações introduzidas, sublinhe-se, pela sua importância e alcance, a livre faculdade de os militares escreverem artigos de natureza técnica em quaisquer revistas e órgãos de comunicação social, bem como participarem em associações de carácter técnico ou deontológico, ou de intervirem em conferências e debates promovidos por entidades que não tenham a natureza de partido político.

CRIAR CONDIÇÕES PARA UMA CIDADANIA PLENA

«É preciso escutar a voz dos jovens, há que apoiá-los em todo o mundo, na expressão dos valores relevantes para a sua vida.»

António Guterres

«As políticas da juventude devem ter como objectivo a criação de condições para uma cidadania plena ao alcance de todos os jovens, que lhes possibilite participarem em todos os aspectos da vida social e política», afirmou o primeiro-ministro, António Guterres, na intervenção que efectuou na Conferência Mundial de Ministros Responsáveis pela Juventude, organizada pelo Governo português em cooperação com as Nações Unidas, e que trouxe a Lisboa representantes de 160 nações.

Na FIL, em Lisboa, os participantes na primeira Conferência Mundial dos Ministros Responsáveis pela Juventude debateram durante cinco dias, de 8 a 12 de Agosto, a implementação do «Programa de Acção Mundial para a Juventude até e para além do Ano 2000», adoptado pela Assembleia Geral das nações Unidas em 1995, por ocasião do 10º aniversário do Ano Internacional da Juventude.

Ao longo da Conferência, que foi presidida pelo ministro adjunto do primeiro-ministro, José Sócrates, os participantes em representação de 160 nações - mais de 100 a nível ministerial - tiveram como objectivo encontrar formas de responder mais eficazmente às necessidades dos jovens.

Os participantes analisaram os esforços desenvolvidos no sentido de cumprir o Programa de Acção Mundial e procuraram determinar quais as outras acções que serão necessário implementar a nível nacional.

Durante os cinco dias de trabalhos, os participantes procuraram, igualmente, avaliar os progressos realizados desde o Ano Internacional da Juventude (1985), bem como a pertinência de temas como participação, desenvolvimento e paz.

Além disso, ao discutirem o desenvolvimento social, os conferencistas deram especial relevo a determinadas questões prioritárias, como a educação, saúde, emprego e abuso de drogas.

A Conferência, no entanto, ficou marcada pela aprovação da Declaração de Lisboa, um importante documento em que os Governos se comprometem a reforçar as políticas nacionais com vista a beneficiar a juventude.

A Declaração de Lisboa constitui, segundo realçou na sessão de encerramento da Conferência o ministro adjunto José Sócrates, «um passo decisivo» na prossecução do programa de acção das Nações Unidas até ao ano 2000 e seguintes.



Política nacional de juventude, participação, desenvolvimento, paz, educação, emprego e saúde são as áreas sobre as quais os Governos se comprometem a intervir na Declaração de Lisboa, um documento que se ocupa de muitas questões que são vitais para os jovens, num mundo em que os valores do neoliberalismo ainda são infelizmente dominantes.

Acção global concertada

Presente na sessão de abertura da Conferência Mundial dos Ministros Responsáveis pela Juventude, o Presidente da República, Jorge Sampaio, considerou que «acções inovadoras, a nível global e local, tornam-se necessárias para dar aos jovens a oportunidade de tomar decisões que irão provavelmente afectar o resto das suas vidas».

No seu discurso, o chefe de Estado português disse que, embora ainda seja preciso «pensar globalmente, agir localmente», se torna necessária uma «acção global concertada» para dar resposta às necessidades actuais dos jovens.

Discursando também na abertura da Conferência, o secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan, disse aos ministros da Juventude que lhes competia preparar os jovens, futuros dirigentes, para os desafios do próximo século.

Novas abordagens

«A vossa missão é abrir-lhes o máximo de perspectivas e possibilidades, porque é com a esperança e energia dos jovens, com o seu entusiasmo e curiosidade, que as sociedades avançam», disse.

Kofi Annan sustentou que «uma sociedade que se coloca à margem da juventude renuncia à própria vida», manifestando ainda a esperança de que o encontro de Lisboa possa inspirar os ministros na descoberta de abordagens novas e imaginativas. «Sois os guardiães dessa vida. Acarinhai-a, desenvolvei-a, dai-lhe força», acrescentou.

Afirmando que «embora todos os jovens - onde quer que vivam e qualquer que seja a situação de desenvolvimento da sua sociedade - aspirem a viver vidas plenas e produtivas», lembrou que «um número crescente enfrenta o desemprego, modos de vida inseguros, a falta de abrigo, a exclusão social e os preconceitos étnicos».

Segundo sublinhou, «estes flagelos da era moderna são o que leva a sociedade a perder o espírito cívico» e constituem «um terreno demasiado fértil para o abuso de drogas, a violência, crime comum e o crime organizado».

Por sua vez, o primeiro-ministro, António Guterres, dirigindo-se à Conferência, afir-

mou que «as políticas de juventude devem ter como objectivo a criação de condições para uma cidadania plena ao alcance de todos os jovens, que lhes possibilite participarem em todos os aspectos da vida social e política».

«É preciso escutar as vozes dos jovens, há que apoiá-los, em todo o mundo, na expressão dos valores relevantes para a sua vida», acrescentou.

José Sócrates, ministro adjunto do primeiro-ministro, que presidiu aos trabalhos, fez um importante discurso na sessão de encerramento da Conferência, em que considerou que ao longo dos cinco dias do encontro os participantes tiveram a oportunidade de constatar «a existência de uma vontade política clara para que os jovens do século XXI venham a ser, eles próprios, actores de um processo que tanto lhes diz respeito, e que possam promover e integrar as suas justas aspirações e ideais em domínios como o ambiente, a educação, o emprego, a saúde, o combate à toxicod dependência, os direitos humanos, entre outros».

O governante, referindo-se à Declaração de Lisboa, disse ser preciso que «todos - Estados, agências, organizações de juventude - trabalhem juntos na aplicação prática do riquíssimo conjunto de compromissos a que acabamos de dar corpo».

J. C. CASTELO BRANCO

CMIO

Declaração de Lisboa

POR UM GOVERNO DOS OCEANOS

Mário Soares divulgou na passada terça-feira, na Praça Cerimonial do Pavilhão de Portugal na Expo, o relatório final da Comissão Mundial Independente para os Oceanos (CMIO), a que preside, um documento onde é defendida uma gestão harmoniosa e sustentável dos mares.

Afinal, o futuro da humanidade depende da protecção dos mares, um bem essencial à vida que não pode estar à mercê da lógica neoliberal e do egoísmo.

Presente na cerimónia de apresentação, presidida pelo Presidente da República, Jorge Sampaio, o primeiro-ministro, António Guterres, reafirmou a total disponibilidade do Governo português para acolher no nosso país a sede de um organismo como o Observatório dos Oceanos ou a Agência Europeia dos Oceanos.

Segundo o relatório apresentado por Mário Soares e que culmina três anos de intenso trabalho, são as actividades humanas as principais responsáveis pela de-



gradação dos oceanos.

No documento é ainda denunciado o não cumprimento das normas existentes para a preservação dos oceanos por falta de

vontade política e económica.

A pesca excessiva, a pesca de arrasto indiscriminada, disputas territoriais que ameaçam a paz e a segurança, a poluição, o comércio ilegal, o terrorismo, a destruição de habitats e os desequilíbrios das comunidades costeiras são alguns dos atentados perpetrados contra os oceanos referidos no relatório.

No documento é também referida a importância dos oceanos, como fonte de oportunidades e potencialidades únicas, nomeadamente como factor de desenvolvimento dos países e das populações.

No que concerne aos efeitos na vida das populações, o relatório refere que «uma maior equidade nos oceanos poderá contribuir para uma redução da pobreza e do subdesenvolvimento em geral».

J. C. CASTELO BRANCO

CIÊNCIAS DO MAR

Portugueses e britânicos reuniram-se

PELO REFORÇO DA COOPERAÇÃO BILATERAL

Meia centenas de especialistas portugueses e britânicos em ciências do mar reuniram-se em Lisboa para estudarem o reforço da cooperação entre os dois países nesta área.

O chefe da delegação portuguesa, professor Mário Ruivo, salientou que a Grã-Bretanha é o país onde a maior parte dos bolseiros portugueses em ciências marítimas se desloca para se doutorar.

Contudo, apesar dos numerosos contactos pessoais estabelecidos, a cooperação institucional entre os dois países tem sido fraca nos últimos vinte anos.

«Este foi o primeiro encontro formal lusobritânico desde há muitos anos e destinou-se a encontrar áreas de interesse comum em que possamos colaborar».

«Trata-se de reforçar, agora através da ciência e da tecnologia, a velha aliança lusobritânica, nomeadamente face a Bruxelas», disse.

Do ponto de vista português, é nas áreas da oceanografia física e do clima que existem as maiores oportunidades para projectos conjuntos, ao passo que o chefe da delegação britânica explicou que as prioridades do seu país, neste momento, incidem sobre os transportes marítimos do futuro, a aquacultura, as energias «off-shore» e os recursos marinhos.

David Pugh recordou que na Grã-Bretanha



existem 25 navios oceanográficos, dez mil pessoas envolvidas no desenvolvimentos das ciências do mar e 800 mil pessoas cujos empregos dependem, directa ou indirectamente do mar.

Por seu turno, Mário Ruivo reafirmou que Portugal precisa de mais navios oceanográficos e adiantou que a Comissão Oceanográfica a que preside vai estudar a forma de rentabilizar os que já existem e analisar ainda a necessidade de ser adquirido outro navio para estar ao serviço dos investigadores universitários.

DECLARAÇÃO DE LISBOA OCEANO COMO BEM COMUM DA HUMANIDADE

A Declaração de Lisboa de 1998, «Para uma governação do oceano no século XXI», contém dez orientações inspiradas nas conclusões do relatório da Comissão Mundial Independente para os Oceanos (CMIO), uma organização presidida por Mário Soares. Pela sua importância, o «Acção Socialista» publica uma versão reduzida dos dez pontos da Declaração de Lisboa, que marcam uma nova consciência da importância dos oceanos para o futuro da humanidade.

Soberania responsável

Sendo o oceano um todo integrado, os Estados devem basear a sua actuação e empenhar-se no cumprimento das normas internacionais já existentes.

Níveis de responsabilidade globais e regionais

Gerir o oceano como bem comum da humanidade obriga à responsabilidade partilhada, que englobe instituições mundiais e organizações regionais.

Responsabilidade da sociedade

O bom exercício da tutela depende também da mobilização de todos os sectores da sociedade, de forma a encorajar os Estados a utilizarem a sua autoridade e poder de acordo com a sua ética de soberania responsável.

Paz e segurança

É essencial assegurar que o oceano seja usado de forma pacífica e sensível às ne-

cessidades de segurança dos povos do mundo.

Participação

A democracia e a equidade devem ser garantidas, assegurando que todos os povos do mundo e os seus representantes tenham a possibilidade de participar numa futura governação do oceano.

Responsabilidade

É essencial que todos os utilizadores dos oceanos sejam responsabilizados perante a lei, de uma forma justa mas eficaz.

Conhecimento e avaliação

O conhecimento científico disponível deve ser uma componente essencial da futura gestão oceânica.

Justiça e equidade

A preocupação com os povos em situações de desvantagem económica ou geográfica tem que ser tomada em conta, com a protecção de indivíduos e comunidades cuja utilização dos mares esteja ameaçada.

Abordagem democrática

Exige que se ultrapassem as limitações do actual enquadramento legal e institucional, de forma a englobar toda a sociedade civil.

Visão global

O bem-estar de cada um e o futuro da humanidade são inseparáveis do futuro do oceano.

ANFITRIÕES DA EUROPA

O Presidente da República, Jorge Sampaio, e o primeiro-ministro, António Guterres, foram, ontem, os anfitriões de uma vasta comitiva dos Quinze que celebraram o Dia da União Europeia (UE) na Expo, marcado pela circulação simbólica de meio milhão de cheques em euros.

Os chefes de Estado e do Executivo - que nesta ocasião completam, respectivamente, 17 e 18 deslocações à Exposição Mundial de Lisboa - recebem o presidente do Parlamento Europeu, José Maria Gil-Robles, e o seu homólogo da Comissão de Bruxelas, Jacques Santer, em destaque entre um conjunto de personalidades que compreendem os comissários João de Deus Pinheiro, Marcelino Oreja e Emma Bonino.

Da representação europeia fizeram também parte os presidentes do Tribunal de Justiça, Comité das Regiões e Grupos Políticos.

O Dia da UE na Expo foi o do «ensaio geral» da moeda da União Económica e Monetária a que o País aderiu no «pelotão da frente», tendo sido impresso meio milhão de cheques pelo Banco de Portugal para troca por brindes nos pavilhões da organização e de mais 14 Estados-membros, com excepção da Suécia.

Cada visitante recebeu um pacote de cin-

co eurocheques, até ser distribuído um total de 100 mil pelos primeiros 20 mil afortunados, com o que se esgota o «pacote»: os restantes 80 mil, em posse dos remanescentes 400 mil títulos, contentaram-se com guardá-los, como recordação.

Cada eurocheque pôde ser trocado por brindes que foram dos simples «pins», passando por bonés e camisetas, até livros, vindos dos armazéns da EU, no âmbito de uma operação promocional inédita e participada, além do Banco de Portugal, Comissão e Parlamento europeus, pelos ministérios da Economia e das Finanças.

Com os mascotes da Expo, Gil e Docas, trajados a rigor, a jornada arrancou logo de manhã com uma conferência de Imprensa da comissão das Pescas e da Ajuda Humanitária, Emma Bonino, no auditório do Centro de Comunicação Social (CCS), sobre o «teste» do euro.

O programa decorreu na Praça Cerimonial com o hastear de bandeiras e um apontamento cultural da Orquestra da Juventude da União Europeia, seguindo-se a assinatura do livro de honra, o protocolo de boas-vindas e a visita ao Pavilhão de Portugal.

A mesma orquestra acolheu os dignitários no Pavilhão da UE, após o que António Guterres ofereceu um banquete no Pavilhão de Portugal.

O roteiro da tarde teve passagem garantida pelos pavilhões da Utopia, onde se realizou o espectáculo «Oceanos e Utopias», do grupo belga «Juste Pour Rire», e dos Oceanos, o maior aquário da Europa.

O epílogo da jornada foi no Teatro Camões, para uma gala com a Orquestra da Juventude da União Europeia, considerada uma das maiores a nível mundial, formada por 140 músicos - dos 15 Estados-membros - seleccionados de entre quatro mil candidaturas.

Esta orquestra interpretou obras de Sibelius («Pohjola's Daughter»), Scriabine («Prometheus, The Poem of Fire»), Debussy («La Mer») e Luís de Freitas Branco («Suite Alentejana»).

As 80 vozes do Coro do Teatro Nacional de São Carlos, com o solista Peter Jablonski, foram dirigidas pelo maestro Vladimir Ashkenazy.

O Pavilhão da União Europeia, situado na base da Torre Vasco da Gama, é um espaço de três andares em cujo interior o visitante tem a impressão de estar num pesqueiro, com conteúdos que apostam no recurso a fotografias, mapas topográficos em relevo, audiovisuais e informação computadorizada. O acesso é feito por uma escadaria que conduz ao andar superior e o percurso passa, sucessivamente, por secções consagradas a «Uma Via-

gem através da Europa», «Instituições Europeias», «Ambiente», «A Europa e os Países Terceiros», e «O Euro e o Tratado de Amsterdão».

Uma zona é dedicada à desminagem, com a reprodução de uma savana africana onde, junto a montículos de erva, são visíveis engenhos desactivados, seguindo-se «Os Mares da Europa» e «O Futuro da Pesca», onde são mostradas reproduções de embarcações e o percurso do peixe do mar ao prato do consumidor.

«A Energia», com especial enfoque na eólica e nos semicondutores, «A Europa Marítima», onde uma lota informatizada atrai a atenção do visitante mediante um sistema que permite a compra directa das cargas de um pesqueiro apenas com o premir de um botão do computador, e «Inventar o Futuro», completam as secções do Pavilhão da UE, no qual está em destaque a componente do emprego.

O Pavilhão da UE, equipado para conferências, reuniões e uma sala VIP - já frequentados por cerca de oito mil personalidades, num dilatado programa de eventos - tem um terraço a 60 metros de altura, ocupa uma área de 2 400 metros quadrados, custou perto de 11 milhões de Ecus (2,2 milhões de contos) e o seu lema é «Os Construtores da Europa», tendo uma média de sete mil visitantes diários.



AGRICULTURA

Agrival

DESERTIFICAÇÃO RURAL NA MIRA

O secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, afirmou recentemente, em Penafiel, «que é indispensável lutar contra a desertificação rural».

«Temos de defender uma política de desenvolvimento que mantenha vivo o mundo rural, diversificando a base económica dos agricultores e que conduza ao emparcelamento», disse o governante.

Capoulas Santos falava, no dia 22 de Agosto, na sessão inaugural da Agrival - Feira Agrícola do Vale do Sousa -, um certame que se realiza ininterruptamente há 19 anos e que apresenta um crescimento sustentado após cada edição.

O secretário de Estado explicou que o Governo vai lançar em breve um programa para que os agricultores com mais de 55 anos cessem a sua actividade a troco de uma compensação monetária, acumulável com a reforma, cedendo posteriormente as suas explorações agrícolas ao Estado.

O programa do emparcelamento, a executar também na região do Entre-Douro-e-Minho, uma zona caracterizada por minifúndio, conduzirá ao redimensionamento físico das explorações agrícolas e a criação de incentivos a fixação de jovens agricultores.

O rejuvenescimento do tecido empresarial agrícola e o aumento médio da dimensão das explorações vão garantir no futuro, se-



gundo o secretário de Estado, melhores condições de competitividade entre os parceiros europeus.

Elogiando o comportamento dos agricultores, que designou de «os melhores do mundo», apesar do mau ano agrícola que assolou o País, Capoulas Santos considerou que a existência de feiras como a Agrival «é uma clara afirmação de vitalidade e a melhor demonstração que os agricultores dão ao cenário catastrofista

que alguns dão da agricultura portuguesa».

Capoulas Santos garantiu ainda que no processo negocial da reforma da Política Agrícola Comum (PAC) Portugal vai defender um aumento do apoio comunitário para os dois sectores prioritários da região do Entre-Douro-e-Minho, o vinho e o leite.

«Vamos todos trabalhar para que a nova PAC seja menos nefasta para os agricultores portugueses do que aquela que vigora

desde 1992», frisou.

A feira agrícola deste ano, que decorreu até 30 de Agosto passado, bateu o recorde de expositores, quase três centenas, sendo os sectores mais representados os do vinho verde (104 marcas), do artesanato (mais de 60 artesãos, alguns deles a trabalhar ao vivo) e da maquinaria agrícola.

Capoulas Santos lança projecto de emparcelamento rural

O secretário de Estado da Agricultura e do Desenvolvimento Rural, Capoulas Santos, presidiu no dia 21 de Agosto, em Monção, à cerimónia de assinatura do contrato entre o IFADAP e a Câmara Municipal de Monção que tem como objectivo viabilizar os projectos de emparcelamento de «Pineiros e Pias» e de «Moreira, Barrocas e Tais», cuja execução representará um investimento global de aproximadamente 1,7 milhões de contos em três anos.

Os projectos, que beneficiarão 4 087 proprietários envolvendo 13 678 prédios rústicos inseridos numa área de 1 782 hectares, têm como objectivos principais, para além do redimensionamento físico das explorações agrícolas desta região do Alto Minho, a beneficiação da rede viária rural, do sistema de drenagem e do ordenamento cultural, com particular incidência nas culturas de regadio, da vinha e na floresta.

SAÚDE

Centro de Reabilitação da Tocha

CONFIRMADA ABERTURA ATÉ 2001

A ministra da Saúde, Maria de Belém, confirmou no dia 31 de Agosto, em Cantanhede, que o Centro de Medicina de Reabilitação da Tocha deverá iniciar actividades até 2001, prevendo-se a realização de «parte substancial» das obras de electricidade e água ainda este ano.

Maria de Belém falava aos jornalistas na Tocha, concelho de Cantanhede, após presidir ao encerramento do Encontro das Colónias de Férias dos Serviços Sociais do Ministério da Saúde.

A iniciativa decorreu nas instalações do Hospital de Rovisco Pais, antiga leprosaria que vai ser reconvertida no Centro de Reabilitação da Região Centro, um projecto orçado em dois milhões de contos cujas obras aguardam o visto do Tribunal de Contas.

«Ainda este ano, será realizado um volume razoável de obras», disse a titular da pasta da Saúde, considerando que o processo tem seguido os «formalismos indispensáveis».

Para Santana Maia, presidente da Comissão Instaladora do Centro de Medicina de Reabi-



litação, «a grande luta é, agora, contra os burocratas, para que as coisas corram com a celeridade possível».

A comissão está a negociar com a Associação Portuguesa dos Pais e Amigos do Cidadão Deficiente Mental (APPACDM) a revisão de um protocolo sobre a fruição por esta instituição de instalações da antiga leprosaria, uma situação avalizada pelo Ministério da Saúde, em 1987, que prejudicaria aquele projecto de reconversão.

EQUIPAMENTO

Alqueva

AS NOVAS OPORTUNIDADES DO PROJECTO

«O Alqueva vai trazer novas oportunidades, sobretudo aos mais jovens», assegurou, no passado dia 24 de Agosto, na Aldeia da Luz, o ministro do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território, João Cravinho.

O governante falava durante a cerimónia de assinatura do contrato de adjudicação da construção das infra-estruturas e paisagismo da nova Aldeia da Luz.

Na ocasião, Cravinho elogiou ainda a população local, que, «apesar de estar naturalmente agarrada às casas e ao sítio onde nasceu, soube reconhecer a importância do projecto e sacrificar-se para o bem de todos».

Com a adjudicação da obra, que se refere aos trabalhos de arruamentos, rede de distribuição de água, drenagem de águas residuais, infra-estruturas de electricidade e gás, paisagismo e redes de telefone e televisão por cabo, fica dado o primeiro passo para a edificação da nova aldeia.

A nova povoação, visto que a actual Aldeia



da Luz ficará submersa pelo regolfo da albufeira de Alqueva, será construída nas herdades da Juliôa e dos Pássaros de Baixo (freguesia da Luz, concelho de Mourão), conforme vontade expressa da população e deverá ficar concluída no final do Verão do ano 2000, dado que se prevê para Novembro desse ano o início do enchimento da barragem.

EDUCAÇÃO

Exames nacionais

SEGUNDA FASE JÁ ARRANCOU

Mais de 100 mil estudantes iniciaram ontem a segunda e última fase dos exames nacionais cuja função é certificar a conclusão do ensino secundário e ao mesmo tempo permitir o acesso ao ensino superior.

Nesta fase dos exames, que se prolonga até 16 de Setembro, serão realizadas cerca de 169 mil provas.

O dia de ontem foi preenchido com as provas de Literatura Portuguesa, Português A e B, Filosofia, Química, Alemão e Geografia.

Para a prova de Literatura Portuguesa estavam inscritos 504 estudantes, enquanto nas provas de português (três diferentes) calcula-se que estivessem presente mais de 16 mil alunos.

Estas provas decorreram a partir das 9 horas da manhã, assim como a de Filosofia, na qual se inscreveram 486 alunos. No período da tarde realizaram-se duas provas distintas de Química, uma de Ale-

mão e duas de Geografia.

Para a prestação destas provas apresentaram-se cerca de 17 mil estudantes.

Do total de alunos que escolheram esta segunda fase para realizar os exames nacionais, 58 por cento são do sexo feminino e 42 por cento do sexo masculino.

À semelhança dos estudantes que realizaram exames na primeira fase, a maioria fá-lo porque pretende candidatar-se ao ensino superior. Apenas 36 por cento dos alunos tencionam apenas concluir o ensino secundário.

Com uma média etária que ronda os 19 anos, 85 por cento dos alunos que se submetem a exame vêm do novo ensino secundário, 9 por cento são do 12º ano via de ensino e 2 por cento do ensino profissional.

Os restantes são dos cursos complementares do 10º e 11º anos, do Recorrente, do Técnico-Profissional e da via profissionalizante do 10º, 11º e 12º anos.



JUSTIÇA

Em «Diário da República»

PUBLICADA ALTERAÇÃO AO CÓDIGO PENAL

A lei que altera o Código Penal (CP), cujos artigos reforçam o combate contra a criminalidade especialmente perigosa, foi ontem publicado em «Diário da República». A proposta de revisão do CP, que foi inicialmente «chumbada» no Parlamento por causa da criminalização dos cortes de estrada (que passou a integrar um diploma autónomo), acabou por ser aprovada, à segunda tentativa, na Assembleia da República, após algumas alterações na legislação.

O novo CP alarga o âmbito das situações em que são agravadas as penas para o crime de homicídio (qualificado), nomeadamente quando a vítima for particularmente indefesa, em razão da idade, deficiência, doença ou gravidez.

A lei agora publicada em «Diário da República» dá também especial atenção aos crimes relacionados com a pedofilia, tráfico e exploração sexual de menores, bem como aos casos de burla relativa a trabalho ou emprego que possa afectar os tra-



balhadores emigrantes. Passam também a ser alvo privilegiado da lei penal certas situações de insolvência e de violação dolosa das regras de segurança no trabalho.

CIÊNCIA

Em 1999

PORTUGAL INTEGRA AGÊNCIA ESPACIAL EUROPEIA



A adesão de Portugal à Agência Espacial Europeia - ESA - deverá ocorrer em Junho de 1999, data em que se realiza a conferência ministerial da agência, anunciou, no passado dia 24 de Agosto, o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT).

O interesse do nosso país em se tornar «um membro de pleno direito» da agência espacial europeia foi dado a conhecer pelo ministro da Ciência e Tecnologia ao director-geral da ESA, António Robotá, numa reunião que ambos mantiveram em Lisboa.

O «pedido» de Mariano Gago seguiu para Paris, cidade francesa onde está situada a sede da ESA, sendo depois analisado pelos responsáveis da agência espacial. Em meados de Novembro, Mariano Gago promoverá um seminário onde serão abordados temas respeitantes à ciência espacial, e no qual participarão não só o director-geral da ESA, bem como várias instituições científicas e empresas portuguesas com competência nas áreas desenvolvidas pela agência espacial.

O interesse do Governo português em co-

laborar com a Agência Espacial Europeia remonta a Julho de 1996, data em que foi assinado entre o ministro dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, e o MCT um acordo geral de cooperação que envolvia como parceiros a ESA e Portugal.

Com base nesse acordo, a ESA, após um levantamento efectuado em mais de duas dezenas de empresas e instituições portuguesas ligadas às tecnologias aeroespaciais, recomendou a participação de Portugal em dois programas científicos: no ARTES (Advanced Research in Telecommunications Systems) e no GNSS (Global Navigation Satellite System).

Segundo a recomendação da agência espacial, o Governo português, representado pelo Ministério do Equipamento, Planeamento e Administração do Território e pelo MCT, assinou em Dezembro de 1997 os dois programas referidos.

Contudo, apesar destas colaborações, a integração definitiva de Portugal na ESA, como «membro de pleno direito», só deverá ocorrer - segundo o Ministério da Ciência e Tecnologia - em Junho de 1999.

PORTUGAL SOCIALISTA

Novo número já à venda



Albufeira

Animação juvenil

Com o objectivo de contribuir para a criação de espaços de convívio entre os jovens e desenvolver o espírito de participação colectiva, a Casa do Jovem de Albufeira tem em curso um programa de actividades de Verão que se vai prolongar até ao próximo dia 15 de Setembro. Assim, desde o dia 29 de Julho e até ao dia 9 de Setembro, todas as quartas-feiras realizam-se percursos pedestres, cujo principal objectivo é aproximar os jovens da natureza.



Do programa constam visitas ao Zoomarine, Castelo de Paderne, Ribeira de Alte, Reserva Cinegética de Silves, Sítio das Fontes e Museu Etnográfico de S. Brás de Alportel.

Paralelamente, e com o objectivo de dar a conhecer a fauna e a flora do litoral do concelho, à segunda e à sexta-feira estão a realizar-se visitas às praias galardoadas com a Bandeira Azul.

Câmara subsídiada alunos carenciados

A Câmara Municipal de Albufeira disponibilizou uma verba de 4 740 contos para subsídios de estudo e alimentação aos alunos do 1º ciclo do ensino básico e jardins-de-infância da rede pública do concelho.

A verba, que vai ser atribuída no próximo ano lectivo, destina-se aos alunos mais carenciados.

Faro

Mostra Gastronómica e de Artes

De 1 a 7 de Setembro decorre em Faro, na zona das Portas do Mar, uma Mostra Gastronómica e de Artes de Pesca da Ria Formosa.

O certame, que volta a realizar-se depois de um ano de interrupção, pretende dar a conhecer «as especialidades gastronómicas» da Ria, bem como algumas das suas tradições.

O evento, que é organizado pela Vivamar, conta com o patrocínio da Câmara Municipal de Faro e insere-se no programa das comemorações do Dia da Cidade.

Fafe

Plano Municipal de Emergência

Após consulta efectuada pelo presidente da Câmara de Fafe aos membros que compõem o Centro Municipal de Operações de Protecção Civil, foi apresentado em reunião de Câmara o Plano Municipal de Emergência, um documento que se reveste da maior importância, constituindo-se como um instrumento que os serviços municipais dispõem para o desencadeamento das operações de protecção civil, com vista a possibilitar uma unidade de direcção e controlo, para a coordenação das acções a desenvolver e gestão de meios e recursos mobilizáveis, face a um acidente grave, catástrofe ou calamidade, tendo em vista minimizar os prejuízos e perda de vidas e o restabelecimento da normalidade.



Mortágua

Novo Centro de Saúde

Culminando um processo que se vem a desenvolver há cerca de dois anos, realizou-se recentemente, no edifício dos Paços do Concelho da Câmara Municipal de Mortágua, o acto público de consagração da empreitada de construção do novo Centro de Saúde de Mortágua.

Ao usar da palavra na cerimónia, o presidente da edilidade de Mortágua, Afonso Abrantes, salientou a grande importância desta obra tão ansiada pela população do concelho e que vai proporcionar condições condignas na prestação de cuidados de saúde e, sobretudo, pelo facto de a mesma permitir libertar e recuperar as actuais instalações para serviços de cuidados de saúde continuados e de apoio a grandes dependentes.

Óbidos

Mega-sardinhada

Numa iniciativa da autarquia local, a medieval vila de Óbidos acolheu no dia 23 de Agosto todos os que a visitaram de uma forma ainda mais calorosa e acolhedora ao proporcionar-lhes gratuitamente uma mega-sardinhada, obviamente bem

regada com o excelente vinho da região e complementada com a exibição de folclore tradicional.

Esta iniciativa, dinamizada pela Câmara Municipal de Óbidos desde há alguns anos e denominada «Dia do Turista», atrai milhares de nacionais e estrangeiros - com muitos deles a assinalarem o evento nas suas agendas -, dando à vila um colorido e uma animação muito particulares.

A iniciativa é igualmente uma forma singular de reconhecimento da importância que o turismo representa no tecido económico e social do concelho e em particular da própria vila, cujo posto de turismo no ano passado registou a entrada nos seus serviços de cerca de 90 mil cidadãos.

Bruxas e Fadas Letradas

Terminou no passado dia 30 de Agosto a feira do livro temático «Bruxas e Fadas Letradas», uma organização da Câmara Municipal de Óbidos, que decorreu no Solar da Praça de Santa Maria.

Esta iniciativa que teve início no dia 8 de Agosto, está integrada no programa de animação idealizado pela autarquia para Agosto e Setembro em torno da exposição «Bruzaria: Objectos Insólitos e Seres Fantásticos», também ela patente ao público até ao dia 26 de Setembro.

Santo Tirso

A paixão da educação

No âmbito da sua política de apoio activo às escolas do concelho, o presidente da Câmara Municipal de Santo Tirso, o socialista Joaquim Couto, visitou no dia 24 de Agosto a Escola EB 2,3 de Alvarelos, marcando dessa forma o início das obras que são da responsabilidade da autarquia. Com esta visita, o presidente da edilidade quis assinalar o início das obras que são, de acordo com um protocolo assinado com o Ministério da Educação, da responsabilidade da autarquia.



As obras compreendem os acessos à escola, arruamentos, arranjos exteriores e construção de infra-estruturas urbanísticas de suporte ao funcionamento da escola, nomeadamente a rede de águas pluviais, os passeios e as baías de estacionamento.

De salientar que a Câmara Municipal de Santo Tirso disponibilizou, depois de o ter adquirido, o terreno para a construção deste estabelecimento de ensino e assegurou, ainda, o fornecimento dos projectos do edifício e dos arranjos exteriores incluídos no perímetro da escola.

Concurso do Melão

Numa organização da Câmara Municipal de Santo Tirso, realizou-se no passado dia 31 a 5ª edição do Concurso Concelhio do Melão que atraiu a Santo Tirso numerosos populares.

Apresentaram-se a concurso 22 produtores, que dificultaram muito a tarefa do júri, já que a qualidade ultrapassou as expectativas mais optimistas, e que deram origem a 15 postos de venda.

Sintra

Ballet Stanislavsky

Integrados no ciclo das Noites de Bailado, realizaram-se nos dias 21 e 22 de Agosto, nos belos jardins do Hotel-Palácio de Seteais, dois espectáculos do Ballet Stanislavsky, da Rússia.



O Ballet Stanislavsky interpretou três peças: «Evening Dances», com música de Franz Schubert e coreografia de Tom Schilling; «Pas-de-Deux», com música de Johann S. Bach e coreografia de D. Briantzev; e a encerrar o espectáculo «Espectro de Baile», com música de Chopin e coreografia de D. Briantzev.

Vila do Conde

Jardim das Brincadeiras

Decorreu com assinalável êxito mais uma edição do «Jardim das Brincadeiras», iniciativa destinada a crianças e jovens do concelho e que contribuiu para a animação da Praça da República, local onde decorreu o evento.

Dinamizando um conjunto de actividades de âmbito pedagógico, lúdico e cultural, que vão desde os «ateliers» de pintura à fotografia, da construção de instrumentos a partir de materiais recicláveis a inúmeros jogos ao ar livre, a iniciativa «Jardim das Brincadeiras» teve uma enorme adesão dos mais novos.

FARO

Comício «rentrée»

PS UNIDO NA REGIONALIZAÇÃO

A Douca de Faro foi, mais uma vez, pequena para albergar os vários milhares de socialistas que não quiseram deixar de participar na já tradicional festa de abertura do novo ano político – a Festa da «rentrée» – este ano marcada pela proximidade do referendo de 8 de Novembro sobre a regionalização.

Num comício animado musicalmente pelo popular Quim Barreiros, os camaradas Luís Coelho, José Apolinário, António José Seguro e o secretário-geral do Partido Socialista, António Guterres, foram os oradores de serviço.

Um comício de casa cheia onde o pendor regionalista dos intervenientes se fez logo sentir na intervenção de Luís Coelho, presidente da Câmara Municipal de Faro, ao alertar para as potencialidades de desenvolvimento que o Algarve está a perder por o País ainda se encontrar demasiado centralizado no Terreiro do Paço.

Pela mesma tónica alinhou José Apolinário, eurodeputado e presidente da Federação do Algarve, ao afirmar que «queremos regionalizar o País, num modelo moderado, dando maior eficácia à administração e melhor utilização aos dinheiros públicos, criando uma nova autarquia, supramunicipal, valorizando o sucesso do poder local, o que faz afinal com que sejam os autarcas do PS, do PSD, do PCP e do PP os primeiros a defender a criação de regiões».

José Apolinário aproveitou ainda para questionar os militantes do PSD sobre a posição que vão assumir neste referendo, conhecidas que são as posições regionalistas dos seus principais dirigentes como António Capucho, Mendes Bota, Macário Correia, Cabrita Neto e a direcção do PSD-Algarve. Neste sentido recordou que o PSD sempre foi a favor da regionalização, votando o próprio mapa que hoje tanto contesta.

Mostrando-se convicto do apoio dos algarvios a esta importante reforma, Apolinário terminou a sua intervenção com uma quadra «regionalista» do famoso poeta popular algarvio António Aleixo: «O Mundo só oode ser / melhor do que até aqui / quando consigas fazer / mais pelos outros do que por ti».

O negócio de Marcelo e Portas

Já o camarada António José Seguro, na sua intervenção, começou por considerar que a nova Aliança Democrática é um negócio entre Marcelo e Portas, um negócio que nem sequer é feito entre o PSD e o PP. Segundo José Seguro, a coligação de direita radical que faz «propostas fáceis e populistas» é um «mau negócio para Portugal e para os portugueses porque em democracia é importante que existam alternativas sólidas com propostas sinceras para que os portugueses possam decidir» e isso não acontece.

Esta aliança, justifica, só agrada a Marcelo e Portas, porque «para o Marcelo com a AD, com o somatório dos votos perderá por poucos nas próximas eleições legislativas, podendo continuar à frente do PSD, para o Paulo Portas é um bom negócio pois o Marcelo dá-lhe 15 deputados que ele não teria pelo voto popular, impedindo, assim, o Manuel Monteiro de convocar um congresso extraordinário e de o



tirar da liderança».

Acusando Marcelo Rebelo de Sousa de «mudar permanentemente de convicções e de opiniões só por interesse», o coordenador da Comissão Permanente do PS referiu que relativamente à regionalização o actual líder do PSD chegou a afirmar que «antes de António Guterres ter nascido para a política já ele era a favor da regionalização», questionando, por isso, o porquê da mudança de opinião, o porquê de trair as suas ideias.

Mostrando-se preocupado com a excessiva litoralização do País, nomeadamente na faixa compreendida entre Braga e Setúbal, onde vivem dois terços da população, António José Seguro afirma que «o que divide o País é o Estado centralista que não é sensível» e pedindo no exemplo de distritos como o de Guarda em que há 160 escolas primárias com menos de cinco crianças e onde todos os anos têm que fechar escolas por falta de crianças, refere que «quem cria a coesão nacional é a descentralização, é a inteligência que existe em cada uma das regiões».

Estabilidade, coesão e desenvolvimento

Explicou que a regionalização não é uma «luta entre a esquerda e a direita é entre aqueles que defendem um Estado centralista e aqueles que acreditam que o poder, que a vontade, que o trabalho, que a inteligência de cada um na sua região é fundamental para fazermos de Portugal um país uno, próspero, com mais progresso e bem estar».

Convicto de que os próximos tempos vão ser complicados, «estamos nas vésperas de iniciar uma campanha pela regionalização e o que está instalado junto dos portugueses é a confusão; é a mentira e são os fantasmas», o secretário de Estado adjunto do primeiro-ministro apelou à mobilização dos socialistas: «temos que ser todos militantes da verdade e

explicar a cada português que a regionalização vem unir os portugueses que é a união das regiões que faz a força de Portugal, que com a regionalização haverá menos burocracia porque as decisões deixam de ser tomadas no Terreiro do Paço, os papéis deixam de andar de um lado para o outro, porque o poder está mais próximo do cidadão, porque se acredita na inteligência e na capacidade das pessoas que estão nas regiões decidirem e gerirem melhor os dinheiros públicos».

Regionalizar não é nenhum drama

António Guterres encerrou o comício com uma intervenção em que explicou pormenorizadamente os benefícios da regionalização. Convicto, Guterres afirmou: «para mim regionalizar é uma questão de convicção, não é algo em que se mude de opinião ao sabor das conveniências».

Desfazendo a ideia, lançada pela oposição, de que iria fazer chantagem com os portugueses sobre o referendo da regionalização, Guterres refere que «os referendos não são eleições, não escolhem governos, nos referendos o povo escolhe como quer ver resolvidos os seus problemas e qualquer que seja a decisão do povo ela deve ser acatada por quem tem responsabilidades políticas em Portugal».

Nós não dramatizamos a regionalização

«Nós não dramatizamos a regionalização, nós acreditamos na regionalização. Quem dramatiza a regionalização é quem dela fala com agressividade é quem quer dividir os portugueses», afirmou o líder do PS, acrescentando que há na Europa dois tipos de regionalização: «a Espanha, a Alemanha e a Itália são países que têm regionalizações

políticas, mas não é esse o nosso modelo. O nosso modelo, explicou, é o da França, da Holanda ou da Dinamarca em que a regionalização é administrativa, em que os órgãos eleitos têm poderes limitados, têm órgãos de apoio que não são burocracias gigantes, são órgãos técnicos que, no essencial, já hoje existem ao serviço do Estado Central».

Para o primeiro-ministro, a regionalização é um instrumento importante para melhorar a qualidade de vida e o progresso do nosso país. Por isso, afirma, «queremos regiões administrativas em que haja pessoas responsabilizadas perante o eleitorado».

Perante uma vasta plateia muito atenta às explicações, o camarada Guterres definiu as três principais competências das regiões: a elaboração dos seus próprios planos regionais que depois terão de ser compatibilizados num plano nacional; a gestão parcial de sistemas de incentivos para a actividade económica regional; e a decisão sobre as prioridades do investimento público em cada região de acordo com as verbas dotadas globalmente para cada uma delas pelo Orçamento do Estado ou pela lei.

Estas competências, referiu, «permitem enormes vantagens ao nível de uma maior participação cívica e democrática das pessoas na discussão dos seus problemas; na coordenação efectiva das políticas regionais entre os órgãos regionais eleitos, o Governo e as autarquias». E salienta as vantagens porque «as decisões serão tomadas por quem conhece de perto os problemas e não por quem está demasiadamente longe deles, permitindo simultaneamente libertar o Governo central para que se possa concentrar nas grandes problemas nacionais».

O nosso cartaz fala de união, o do PSD rasga Portugal

Pegando no exemplo dos cartazes de propaganda (outdoor) espalhados um pouco por todo o País, Guterres aproveitou para reforçar a ideia de coesão nacional subjacente ao princípio da regionalização para afirmar que «não é por acaso que o nosso cartaz fala de união e é o cartaz do PSD que rasga Portugal. Para nós Portugal nunca poderá ser rasgado».

Continuando a explicar as vantagens da regionalização o secretário-geral do Partido Socialista adianta que «não queremos uma regionalização qualquer. Nós agimos com prudência e o nosso modelo de criação e delimitação das regiões foi estudado para evitar os perigos que muitos agitam sem realidade. Nós não vamos criar caciques regionais, porque ao contrário do que dizem, de acordo com a lei os presidentes regionais serão eleitos pelas assembleias regionais através do método de democracia representativa».

Só a regionalização, salienta, «permitirá dar voz institucional às regiões sobretudo às mais desfavorecidas, em vez de uma situação como a actual em que aparentemente os problemas regionais se resumem a uma artificial rivalidade entre Lisboa e Porto que enche permanentemente as páginas dos jornais, como se os problemas mais graves não estivessem no interior e nas zonas mais pobres do País e como se Lisboa e o Porto não fossem elas próprias, as principais beneficiárias da regionalização,

PS EM MOVIMENTO

porque são zonas que tiveram um crescimento caótico e onde se colocam ainda hoje os mais graves problemas do momento».

Desmistificando mais um fantasma da oposição sobre a criação de mais uma classe política, António Guterres afirma que «nós não queremos uma grande classe política regional paga pelo erário público, por isso os elementos das assembleias regionais não terão ordenado, e o número de membros das juntas regionais é muito reduzido», por isso «não haverá riscos de criação de uma classe política crescendo tentacularmente à custa do Estado».

Guterres recandidata-se a novo mandato

Logo no início da sua intervenção, o líder do PS esclareceu a opinião pública e, nomeadamente, a oposição sobre a eventualidade da sua candidatura a um lugar europeu. Neste sentido afirmou que «nunca gostei da criação de tabus a meu respeito», por isso «quero dizer-vos que o meu único desejo é poder levar até Outubro do próximo ano o meu mandato como primeiro-ministro e depois, se o PS assim o desejar, reapresentar-me como candidato aos portugueses com a disponibilidade para por eles ser julgado e com vontade de ver a sua confiança para continuar a obra que estamos a realizar».

António Guterres justifica esta sua opção com base em três razões: «a primeira, é porque com seriedade, com realismo podemos hoje dizer que o país está melhor do que estava há três anos, está mais democrático, está mais moderno e desenvolvido, mais bem organizado, mais humano e solidário; a segunda é porque sentimos que apesar disso, há ainda muito por fazer e sobretudo há que lançar nesta viragem do século um projecto mobilizador da socie-



dade portuguesa para que de uma vez por todas consigamos fazer o arranque que faça com que o nosso país vença o atraso estrutural secular que nos tem separado dos países do centro da Europa; finalmente a terceira razão é, que sinceramente penso, que a esmagadora maioria dos portugueses quando olha para aliança de direita para a sua liderança e para o seu comportamento reconhece que ela não tem credibilidade para governar. Isso mesmo é confessado por muitos daqueles que por obrigação ou fidelidade se sentem, apesar de tudo forçados a apoiá-la».

Portugal é um país ganhador

Guterres evidenciou ainda os brilhantes re-

sultados que a economia portuguesa tem obtido nos últimos anos e como contra os ventos e as marés da oposição «Portugal é hoje olhado pelo mundo com respeito e admiração: estamos no centro do processo de construção europeia, temos uma política externa activa e influente na Europa, em África, na América latina e até na Ásia. Deixámos de ser um País que apenas procurava atrair o investimento estrangeiro, hoje já são as empresas portuguesas que investem no exterior».

«É uma diferença extraordinária em relação ao passado», refere o primeiro-ministro, «os portugueses revelaram uma enorme capacidade para responder aos desafios que o mundo lhes fez e aos desafios que eles pró-

prios colocaram a si mesmos». Por isso mesmo, sublinhou, «faz sentido desenvolvermos a nossa auto-estima e faz sentido erradicar, de uma vez por todas, essa aliança fadada entre a mediocridade e a inveja que tantas vezes dificultou o avanço do nosso país no sentido do futuro e do progresso».

Sempre confiante no futuro, António Guterres mostrou como Portugal é um país ganhador em que vale a pena apostar. Citando os diferentes indicadores económicos e financeiros que mostram que Portugal tem crescido mais que a média europeia, Guterres não se mostra no entanto satisfeito porque, na sua opinião e como sempre afirmou, «o que conta, não são os números mas as pessoas.» Por isso, sublinhou, «apesar do desemprego ser hoje muito menor que há três anos (há 19 meses consecutivos que desce), continua a haver desempregados e um Governo socialista nunca poderá estar satisfeito enquanto houver um desempregado em Portugal».

Quanto mais rico for o nosso país mais interável será conviver nele com manchas de pobreza inaceitáveis para a nossa consciência, por isso, «graças à persistência com que nós combatemos os nossos adversários que não queriam nem por nada que em Portugal se criasse o Rendimento Mínimo Garantido» que até hoje já retirou 250 mil portugueses de uma situação de miséria incompatível com a dignidade humana. É para eles, afirma o secretário-geral do PS, «que temos uma política social activa com um mercado social de emprego e com um conjunto de medidas destinadas a minorar as suas dificuldades». Para o camarada Guterres, «o êxito da nossa política económica será tanto maior quanto maior for a nossa consciência social».

JMV

FARO

Rentrée soarista

JOÃO SOARES VOLTA A REUNIR APOIANTES

Além dos já tradicionais apoiantes como Acácio Barreiros, António Saleiro, Carlos Luís, Joaquim Rosa do Céu e Rui Cunha, o grupo de João Soares continua a crescer de ano para ano.

O lanche-ajantarado deste ano reuniu um número significativo de novos aderentes como Laranjeira Vaz, chefe de Gabinete do Grupo Parlamentar e Maria Manuel Godinho, presidente do Centro Regional de Segurança Social de Lisboa, mas a maioria veio, sobretudo, da área autárquica. Germano Rego de Sousa, José Jorge Letria, Alexandre Sargento e Humberto Pacheco todos vereadores da Câmara Municipal de Cascais; Américo Baptista, vereador na Lousã; Vitor Aleixo, vereador em Loulé, e Meneses Rodrigues e Fernando Queiroz também vereadores em Loures.

O Algarve fez-se representar pelo anfitrião, o presidente da Câmara Municipal de Faro, Luís Coelho, António Murta, presidente da Câmara Municipal de Vila Real de S. António, e Nuno Mergulhão, presidente da Câmara Municipal de Portimão.

Para João Soares, estas habituais reuniões de Faro não são mais que a «afirmação dos valores da fraternidade que unem uma sensibilidade do Partido Socialista que está, como sempre, empenhada em dar um contributo, aos mais variados níveis, para que o PS tenha



uma vitória estrondosa nas próximas eleições legislativas e na próxima batalha política que é o referendo sobre a regionalização».

Defendendo os «valores plurais que sempre fizeram a riqueza e a força do PS», João Soares afirma-se defensor da regionalização «não enquanto divisão mas enquanto distribuição de poderes e uma maior proximidade entre os

cidadãos e aqueles que são ou serão os responsáveis pelas decisões».

Para o presidente da Câmara Municipal de Lisboa, «a regionalização traz vantagens para todo o País e os benefícios para Lisboa são idênticos aos que trará para outras regiões» e exemplifica: «em Lisboa os problemas podem ser resolvidos numa lógica estrita que é a do

limite concelhio e administrativo que existe, mas a fundo não podem ser resolvidos senão numa lógica regional, isto é, não faz sentido que nós consigamos acabar com as barracas no concelho de Lisboa se em Loures, na Amadora e em Oeiras continuarem a existir barracas. Também não faz nenhum sentido tratar os problemas de saneamento básico numa perspectiva estritamente concelhia. Como também não faz nenhum sentido tratar dos problemas dos transportes fora do quadro de uma autoridade metropolitana de transportes, portanto numa abordagem regional».

Segundo sublinhou são exemplos concretos de áreas em que a abordagem regional tem condições para trazer uma aproximação muito melhor na lógica dos interesses dos cidadãos, para já não falar da possibilidade de responsabilização dos decisores». Para João Soares, existe uma oportunidade histórica única. «É que, pela primeira vez os responsáveis, políticos do poder central, a começar pelo primeiro-ministro, o nosso camarada António Guterres, estão disponíveis para prescindirem de uma parte do seu poder o que nunca aconteceu na história do País e esta oportunidade tem ser aproveitada. É que, ao contrário do que dizem os adversários da regionalização, não se trata de criar mais lugares políticos, mas de os distribuir melhor e sobretudo de distribuir melhor o poder».

JMV

PS ESTÁ DE LUTO

Faleceu o camarada Armando Bacelar

O PS está de luto. Armando Bacelar, 79 anos, fundador do PS, resistente antifascista e insigne democrata, faleceu ontem em Vila Nova de Famalicão, de onde era natural. Advogado, licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, o camarada Armando Bacelar desde muito jovem iniciou a sua actividade política, tendo integrado numerosos movimentos de oposição ao Estado Novo como o MUNAF, o MUD e a Frente Patriótica de Libertação Nacional.

Político de causas e de valores como a liberdade, igualdade e fraternidade, o camarada Armando Bacelar participou ainda activamente nas candidaturas dos generais Norton de Matos e Humberto Delgado e do professor Ruy Luís Gomes à Presidência da República.

Advogado ilustre, Armando Bacelar tomou parte como defensor em inúmeros julgamentos políticos de destacadas figuras da oposição ao salazarismo como Ruy Luís Gomes e os dirigentes comunistas Álvaro Cunhal, Dias Lourenço, Carlos Alboim Inglês e Blanqui Teixeira.

Nos tribunais plenários do regime fascista, Armando Bacelar denuncia a farsa destes julgamentos.

Do seu notável currículo, destaque ainda para a sua participação nos três Congressos da Oposição Democrática onde apresentou teses.

Mas, para além de brilhante jurista e político, Armando Bacelar foi também um homem de cultura. Nesta sua faceta menos conhecida, foi crítico literário e ensaísta das revistas «Sol Nascente», «O Diabo», «Seara Nova», e «Vértice», tendo colaborado nos jornais «República», «Diário de Lisboa», «Jornal Novo» e ainda em muitas publicações de âmbito regional.

Depois do 25 de Abril, é naturalmente chamado para funções governativas em diversos governos provisórios e no I Governo Constitucional chefiado por Mário Soares, seu velho amigo e companheiro de tantas lutas memoráveis contra o Estado Novo.

J. C. C. B.



BOBADELA

Faleceu Rogério Gama Gil

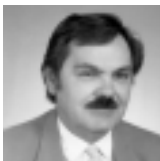
Rogério Gama Gil, destacado militante da Secção da Bobadela, faleceu no passado dia 9 de Agosto.

Trata-se de uma grande perda para o PS, e em particular para a Secção da Bobadela, onde Rogério Gama Gil sempre desempenhou com dignidade e dedicação as inúmeras tarefas para que foi chamado a dar o seu contributo.

Membro da Concelhia de Loures, Rogério Gama Gil foi ainda um grande sindicalista, tendo sido membro do Secretariado da UGT e do Sindicato das Pescas.

Rogério Gama Gil, um militante de eleição do socialismo democrático, deixa em todos os que tiveram o privilégio de o conhecer, uma profunda saudade.

À Secção da Bobadela e à família enlutada, o «Acção Socialista» apresenta as mais sentidas condolências.



MADEIRA

PS denuncia «loucura» de Jardim

Depois do défice democrático que teima em persistir, os madeirenses vêem agravar-se o défice de urbanidade do presidente do Governo Regional. No mínimo preocupante.

Num comunicado, o PS/Madeira tomou posição face às «desbocadas» afirmações proferidas pelo presidente do Governo Regional da Madeira, Alberto João Jardim,

durante as suas férias, e de que a Comunicação Social fez eco.

Salientando que o presidente do Governo Regional tem o direito de fazer férias e de se divertir «onde, como bem entender e com quem entender», o PS/Madeira considera, no entanto, que Alberto João Jardim não deve, porém, enquanto figura com responsabilidades públicas, «cair na palhaçada que todo o povo português tem vindo a assistir».

Desbocadas afirmações

Para o PS/Madeira, «o permanente e, por vezes, imoral disparate, fruto de desbocadas afirmações, continuam a roçar o ridículo que só são possíveis num homem a caminho da loucura».

«Tudo o que temos vindo a assistir, referem os socialistas madeirenses, está já muito para além dos chamados delírios ou excessos de Verão.»

Sublinhando que «as cenas protagonizadas no Porto Santo pelo presidente do Governo Regional envergonham qualquer madeirense», o PS/Madeira conclui que «é caso para se dizer que o presidente perdeu o respeito por si próprio».

«Ninguém está a «brincar com a Madeira». Quem anda a «brincar» com o futuro da Madeira é precisamente o presidente do Governo Regional», referem os socialistas.

Jardim tem medo

«Porventura, alguém pode admitir que um presidente chame tonto, criatura e mula da cooperativa ao eng. António Guterres, primeiro-ministro de Portugal, um político que fez mais pela Madeira em três anos do que o PSD em toda a sua existência? Pode-se aceitar que um presidente faça, permanentemente, afirmações caluniosas contra pessoas e partidos políticos?», perguntam os socialistas da Madeira que aproveitam para desafiar Alberto João Jardim, uma vez mais, «a ter coragem para solicitar a suspensão da sua imunidade no sentido de vir para os tribunais, de peito aberto, provar as suas posições públicas».

Padrinho

Considerando que «há afirmações que nem a brincar devem ser ditas», o PS/Madeira refere no comunicado que, por exemplo, se Alberto João Jardim «quer despachar pessoas para fora da Madeira, pois seja autêntico, diga o que lhe vai na mente. Diga o nome das pessoas e os porquês de tal desejo. Diga o que pretende fazer quando o povo lhe retirar a confiança política. Fale, neste contexto, da FLAMA e dos interesses que o rodeiam».

«E já agora, referem os socialistas, o senhor que vive num Estado «mafioso», tenha a coragem de dizer quem tem sido o principal «Padrinho» na Região Autónoma da Madeira.»

No comunicado, e face ao tormento que é para Alberto João Jardim, os serviços de fiscalização da DGCI, «vá lá saber-se porquê?», o PS/Madeira sugere a fiscalização a Matur, «porque não?» e a certas Fundações.

TAVIRA

Autarcas do PS criticam Câmara

O Grupo do PS na Assembleia Municipal de Tavira apresentou uma declaração de voto sobre as condições constantes da proposta da Câmara, presidida pelo tristemente célebre fundamentalista anti-tabágico e anti-boites e bares, o inefável Macário Correia, para a aquisição do Convento e ex-Quartel da Graça.

Na declaração de voto, os autarcas do PS lembram que «sempre foram e são favoráveis à recuperação do ex-Quartel da Graça tendo em vista a instalação de uma Pousada, factor que sempre consideraram e consideram importante para a revitalização do centro histórico da cidade e para o desenvolvimento sustentado da actividade urbanística na cidade e no concelho».

Tanto assim é, lê-se na declaração de voto, «que os autarcas socialistas sempre foram os autores da ideia do aproveitamento do ex-Quartel da Graça para aquela finalidade tendo sido eles - e não outros - a inscrever tal objectivo no Plano Geral de Urbanização da Cidade, no Plano de Recuperação e Salvaguarda do Centro Histórico e, posteriormente, no Plano Director Municipal de Tavira».

Os autarcas socialistas «foram igualmente os promotores dos primeiros contactos formais e informais com as entidades ligadas ao processo, tendo em vista a concretização do objectivo enunciado».

Todavia, os autarcas socialistas referem na declaração de voto que «a Câmara Municipal de Tavira, neste processo, devia assumir uma função de mediação activa junto das diversas entidades e muito especialmente da Enatur - Empresa Pública de Turismo, devendo ser esta empresa e não o município de Tavira a suportar os 95 mil contos com a aquisição do «prédio»».



EVOCAÇÃO

Manuel Alegre



O MITO É O NADA QUE É TUDO

«O mito é o nada que é tudo», escreveu Fernando Pessoa. Mas Camões disse de si mesmo que «era um homem de carne e de sentidos» e mostrou que nada é tão grande como a vida. Não precisamos de pedir desculpa a ninguém por termos sido os primeiros a chegar à Índia. Mas também não precisamos de versões oficiais e únicas da História, muito menos de novas mitificações e mistificações. Uma das primeiras consequências culturais das navegações e da viagem de Vasco da Gama foi a liberdade de pensamento e de crítica que com elas nasceu.

Um facto de um significado histórico como o da descoberta do caminho marítimo para a Índia não é compatível com interpretações ou manipulações de conveniência ao sabor das circunstâncias de momento. É um facto que fala por si e que por si só bastaria para singularizar a História de um Povo. Assim o viu e cantou Camões, que não se martirizou com a estéril e masoquista questão de saber se a primazia deveria ser dada ao individual ou ao colectivo. Ele cantou o Gama e cantou o Povo. E o que faz a grandeza da sua epopeia é que, ao contrário de outras, a história que *n'Os Lusíadas* se conta é uma história verdadeira e os seus heróis não são deuses nem mitos, mas, como disse António Sérgio, «homens de carne e osso». O enredo é a viagem para a Índia e a própria História de Portugal.

Os heróis são Vasco da Gama, com a sua veneração pelo irmão mais velho Paulo, o seu feitio que hoje sabemos ser taciturno, as suas dúvidas e as suas cóleras, a sua veneração pelos mapas e pelas estrelas. E é o Povo, os lusíadas anónimos, os «rudes marinheiros», com os seus medos, seu espanto e seu deslumbramento perante «as perigosas coisas do mar». São eles, «bichos da terra tão pequenos», disse Camões, com suas grandezas e misérias e o barro da sua humanidade, são eles os heróis dessa viagem inigualável e dessa epopeia sem par que mudou a História do Mundo.

Os homens que se aventuraram ao mar eram necessariamente homens de carácter forte, porventura impiedosos. Mas assim eram os elementos, assim era o mar, assim era a História que eles estavam a fazer. Não se pode apreciar o passado à luz dos valores actuais. Alguém disse que o juízo moral obnubla o conhecimento da História. Ficariam por certo espantados se eu dissesse quem.

Deixamo-nos pois de complexos e de falsos problemas. Nem comemorações acriticas à moda do antigamente, nem derrotismo e complexos de inferioridade. Celebramos Vasco da Gama como símbolo da nossa identidade e de uma aventura colectiva que transformou a História da Humanidade. E celebramos os lusíadas sem rosto, os lusíadas do Povo que desbrava-



ram os mares e nomearam as coisas dantes nomeadas.

Os portugueses, disse o Professor José Mattoso, há anos, em Sevilha, ensinaram o mundo a não ter medo do mar. É verdade. Não tenhamos pois medo da nossa própria História, nem de honrar os que a fizeram, quer tenham por nome Vasco da Gama, quer sejam o herói sem nome chamado Povo. Celebramos sem complexos e com todo o orgulho o grande almirante Vasco da Gama, porque ele é um símbolo de Portugal, do espírito dos navegações e do que elas significaram para a própria História universal. E celebramos o Povo que Camões cantou, o Povo de *Os Lusíadas*, este Povo pobre, a quem, como escreveu Eduardo Lourenço, coube «o destino de viver uma aventura de rico», descobrindo novos espaços marítimos, vendo pela primeira vez claramente vistos os fenómenos até então ignorados e desconhecidos e inventando de algum modo o que existia sem nome e, como diz o mesmo Eduardo Lourenço, «elevando a símbolo universal e a conceito inteligível a própria realidade do Mar».

Não foi um mero sonho de infante nem algo que estivesse escrito nos astros. Foi uma empresa de muita ciência, muita paciência, muita manha e muito saber acumulado. Desde que, dobrado o Bojador por Gil Eanes, os portugueses aprenderam a vencer as correntes virando para dentro, inventando desse modo o navegar de volta, que lhes permitiu ser os primeiros a tocar Cabo Verde, a passar o Cabo e mais tarde chegar à Índia e ao Brasil. Celebramos, antes de mais, aquele que foi porventura o maior navegador português — Bartolomeu Dias. O que primeiro passou o cabo e, como disse o escritor açoriano Daniel de Sá, «viu a Índia sem a ver». Ele não pôde levar a viagem até ao fim e não venceu completamente. Mas a sua derrota é, de certo modo, uma derrota gloriosa,

porque foi ele que, vencido, venceu o mar, foi ele que abriu o caminho por onde haveriam de passar depois as naus portuguesas comandadas por Vasco da Gama. A História de Bartolomeu Dias é, também, de um outro modo, um símbolo da nossa própria História: a História de um Povo que, como ele, «viu a Índia sem a ver» ou como disse Torga - «Sempre que uma nau enfrenta o mar e o teme / E regressa vencida / É Bartolomeu Dias que vem ao leme / Com a Índia perdida». Ainda trazemos dentro de nós essa nau, que é, por excelência, a nau símbolo, a nau abstracta, a nau mítica de todas as navegações. Bartolomeu Dias somos nós, é o Povo português, é Portugal, esta pátria onde a grandeza frequentemente se conjuga com a tragédia.

A aventura marítima de Portugal não foi um milagre anunciado. Foi um lento, paciente e sistemático empreendimento que se prolongou por mais ou menos um século, esse século de ouro em que Portugal, «promessa não cumprida», na expressão de António Sérgio, contribuiu para aproximar povos e continentes e foi uma espécie de nação-piloto. Um século, não mais. Tanto bastou para que as navegações dos portugueses revolucionassem toda a História da humanidade. Trouxeram um novo olhar sobre o mundo, destruíram o discurso autoritário e dogmático do saber livresco e substituíram-no pelo saber de experiência feito. Foi uma verdadeira revolução cultural e científica que está na origem do Renascimento europeu. Duarte Pacheco Pereira, Pedro Nunes, D. João de Castro, Garcia da Orta, são, como escreveu Barradas de Carvalho, «a mais alta expressão deste surto cultural e mental, são homens que estão na linha de evolução e de revolução de uma como que pré-história do pensamento moderno».

Esta é a grande herança das «navegações grandes que os portugueses fizeram». Não apenas o terem desvendado os caminhos

do mar, não apenas o terem tornado o mundo mais pequeno, não apenas — e este apenas bastaria para fazer a glória de um povo — o terem ligado pela primeira vez pela via marítima a Europa e a Ásia através das viagens de Bartolomeu Dias e Vasco da Gama e Paulo da Gama. Mas o novo modo de ver, de ser, de viver e conviver que delas nasceu. A nova atitude mental, o novo saber, a revolução cultural e científica que fizeram de Portugal, durante um breve espaço de tempo, não só uma nação-navio, mas uma nação de vanguarda na História da Europa. Ou, de certo modo, Europa antes de Europa o ser. Sem esquecer que, no preciso momento em que as naus do Gama partiam para a sua viagem gloriosa, a Inquisição começava a instalar-se em Portugal. Partiam as naus para a Índia, os judeus eram expulsos de Portugal. Duas errâncias iam assim coincidir, contraditoriamente, no tempo e na História. Antero viria a considerar a expulsão dos judeus como uma das principais causas da decadência dos povos peninsulares. A máxima glória e a máxima tragédia juntavam-se simbolicamente. Não devemos ter complexos em celebrar a glória, mas também não devemos esquecer o lado sombrio da História. Porque a História é isso mesmo: luz e sombra, grandeza e miséria, glória e perdição.

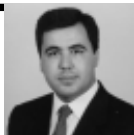
O que importa reter das navegações e da viagem de Vasco da Gama é o espírito que a elas presidiu e as consequências que delas resultaram. A vontade, a persistência, a coragem, a ousadia de enfrentar o desconhecido, o tenebroso, o inesperado. Mas também a organização, a prudência, o sábio navegar de volta para poder depois seguir em frente. A consciência experimental, um novo olhar sobre os outros e sobre si próprio, a descoberta do outro e o elogio da diferença, que Camões tão bem soube exprimir nas *Endechas* a *Bárbara cativa* e *Pero Vaz de Caminha* na sua *Carta a D. Manuel*, elementos estruturantes do que poderá chamar-se um humanismo português.

Esse é o espírito e essa a herança que devemos ter presentes, quando evocamos a mais fantástica viagem que os portugueses fizeram. Para que Vasco da Gama não seja apenas uma estátua. E para que *Os Lusíadas* não sejam só uma saudade e uma metáfora. Mas para que nós, portugueses, para além, como queria Torga, de sermos capazes de chegar às Índias de dentro e de novo, como pretendia Pessoa, conquistarmos a distância «do mar ou outra, mas que seja nossa», continuemos a enfrentar a complexidade e as injustiças do mundo moderno com o mesmo espírito, a mesma coragem, a mesma capacidade de sonhar, que levaram outrora as naus portuguesas pelos mares nunca dantes navegados.

Intervenção do deputado socialista, vice-presidente da Assembleia da República, no dia 15 de Junho, na sessão comemorativa da descoberta do Caminho Marítimo para a Índia por Vasco da Gama

ECONOMIA

José Conde Rodrigues*



ECONOMIA DE MERCADO OU SOCIEDADE DE MERCADO?

Hoje em dia ninguém parece questionar a força, a razoabilidade e até o carácter inevitável da economia de mercado. O seu carácter abrangente e inexorável está escrito no hipotético fim da história. O homem parece ter, finalmente, encontrado uma fórmula mágica para gerir os seus bens, a sua casa, o seu futuro. É verdade! Por todo o lado se menciona a virtude da troca, a dinâmica da oferta e da procura, o peso do dinheiro, a liberdade do comércio, a força da famigerada globalização. A nova era é mercantil. As guerras, essas, ultrapassam as emoções dos povos, os humores dos estadistas e fazem-se pela posse das matérias-primas, pelo domínio do petróleo, dos diamantes, pelo mero acesso aos bens. Todavia, isso até nem é novo. Em muitas outras ocasiões, no percurso da humanidade, tal foi a constante. Aliás, a própria mundialização das trocas também não é de agora, começou no Mediterrâneo, estendeu-se ao Atlântico e ao Índico com as «descobertas», alastrou ao Novo Mundo e só, finalmente, con-

quistou o Pacífico nos nossos dias. Apenas a Ásia globalizada e tecnológica constituiu novidade.

Em suma, o mundo é hoje um enorme mercado. O sistema capitalista é hoje global.

Acontece, porém, que o mercado tem exigências. O mercado precisa de indivíduos soltos, libertos de constrangimentos sociais. O mercado precisa de governos fracos, flexíveis, onde o cidadão não se sobreponha ao produtor, ao consumidor. O mercado gera fortes e fracos, a sua distribuição de benefícios é desigual, a especulação reina, os monopólios e oligopólios podem nascer a todo o instante. O mercado precisa de uma sociedade aberta, mas constitui, também, na ausência de regras claras e de um forte Estado de Direito, a sua maior ameaça. O mercado detesta a sociedade, os seus laços, a sua necessidade de coesão. O mercado adora o indivíduo, mas detesta a Humanidade, convive com o indivíduo mas não gosta do cidadão.

E é aqui que reside o ponto de equilíbrio

da moderna democracia e do destino do homem no seu seio. Ou seja, o mercado é fundamental e negá-lo é pôr em causa o bem-estar adquirido, bem como o próprio futuro. Mas o mercado deve ter um campo limitado à economia. O mercado e as suas regras clássicas não deve transpor esse limite e invadir a sociedade. Esta deve constituir, pela sua complexidade humana, pelos seus laços fortes de solidariedade, o antídoto para os desmandos do próprio mercado. É na sociedade que se desenvolve a política, é na sociedade que o homem encontra o outro, é aí o lugar da sua realização colectiva, o lugar dos seus sonhos e das suas utopias, é aí que ele se distingue dos outros seres vivos.

Só que, para alguns, hoje o mercado deve ocupar todo o espaço do homem, privado e público. As suas regras devem aplicar-se à política, à arte, à cultura em geral. No fundo os extremos tocam-se e tal como os marxistas ortodoxos defendiam que a economia influenciava tudo, também os ortodoxos do mercado defendem que o mercado, e por sua vez a economia, deve

invadir todas as esferas do homem. Para eles, tal como para Margaret Thatcher nos anos 80, a sociedade não existe, apenas o indivíduo constitui a realidade.

Todavia, para nós, como para muitos hoje na Europa, deve existir uma terceira via. Uma via onde o mercado tenha o seu lugar mas não invada a própria sociedade. Essa via, de centro-esquerda, passa por uma visão que deixa ao mercado o económico e volta a posicionar a política no seu lugar clássico: a defesa da liberdade e dos valores que garantem a própria coesão social.

Só esta terceira via garantirá a continuidade da economia de mercado evitando que se caia na sociedade de mercado, como há bem pouco tempo lembrou Lionel Jospin. No fundo, aqui se reencontra a ética com o liberalismo, abrindo alternativas para lá da ilusão do fim das ideologias. É também o Homem que renasce na história, com a força das ideias, ultrapassando a mera materialidade da sua experiência. *Jurista, Presidente da Câmara Municipal do Cartaxo

REGIÕES

Manuel Brazinha Firmino*



A REGIONALIZAÇÃO

Ao longo de décadas, Portugal viveu num regime centralizador e autoritário, que opunha gente evoluída da capital ao interior esquecido. Com a revolução do 25 de Abril, o novo poder pôde gradualmente institucionalizar a democracia, para chegarmos ao momento actual: o regime foi-se consolidando com progressos visíveis para as classes sociais, que no passado eram esquecidas. Felizmente, todas as pessoas se sentem com o direito ao trabalho, à saúde, à habitação, a uma educação de elevado nível, ao lazer, ao desporto, a um rendimento mínimo, etc., ou seja, todos aspiramos a uma vida digna, que a democracia do pós-25 de Abril nos pode e deve proporcionar. Na actual etapa do nosso regime, fala-se já na reforma do sistema eleitoral, para aproximar mais os eleitores dos eleitos, o que constitui um progresso do regime. Neste ambiente de governação democrática e com apelo ao diálogo entre todos, é justo que todos possam exprimir as suas aspirações, pois todo o ser humano tem objectivos, desejos



e interesses, que são igualmente legítimos, desde que não ponham em causa o bem comum e os valores da nossa civilização europeia.

Há agora a possibilidade, que está nas nossas mãos, de aprovarmos a criação de regiões, conferindo-lhes um estatuto de maior participação, maior atenção (e direito) por parte dos fundos de Bruxelas, maior desenvolvimento económico, empresarial, social, tecnológico e cultural ao nível das Regiões, tornando a democracia ainda mais autêntica, sem a tradicional separação entre os esquecidos do interior e as burocracias complicadas da capital.

Mas esta melhoria só poderá acontecer se as pessoas a desejarem livremente, votando em consciência, a pensar nas melhorias que têm de partir de todos nós, do nosso trabalho e do empenho em defesa de uma maior justiça entre regiões, pois todos somos portugueses e queremos o desenvolvimento integral do País num espaço mais alargado que é a economia europeia.

*Economista



QUE SE PASSA

Maria João Rodrigues

Festas em Albufeira

As Festas da Cidade despedem-se, hoje, com a Festa do Beato Vicente.

Durante o fim-de-semana a Câmara Municipal e o Rancho Folclórico de Albufeira vão realizar a Festa do Pescador.

A iniciativa decorrerá na Praia dos Pescadores, tendo por objectivo recriar os jogos tradicionais que no passado se realizavam nas praias da região.

A caça ao porco ensebado, corrida de burros, corrida de sacos, corrida de barcos, pau ensebado, tracção à corda e paulada no cântaro, são alguns dos jogos programados para o sábado, dia 5, e/ou para o domingo, dia 6.

Folclore em Braga

A partir de amanhã e prolongando-se pelo fim-de-semana, está de volta a Festa do Agricultor, em Fermentões.

O Festival de Folclore do Grupo Folclórico de Polvoreira acontecerá no sábado.

No domingo, dia 6, assista, em Polvoreira, à actuação do grupo Origens, de Fradelos.

Fados em Coimbra

O Grupo de Fados e Guitarradas de Coimbra actuará hoje, pelas 22 horas, no Arco de Almedina.

Amanhã, à mesma hora, será a vez do agrupamento italiano Tamorra apresentar-se ao público, na Praça 8 de Maio.

Os fados voltarão no serão de terça-feira, dia 8, com o Grupo da Associação Académica de Coimbra num espectáculo que decorrerá nas Escadas do Quebra-Costas.

Música popular em Fafe

Em Setembro, o programa de animação musical de Verão prossegue com a exibição, na noite de amanhã, sexta-feira, do Grupo Juvenil da Casa do Povo da Camacha (Ilha da Madeira), na altura em digressão pela região.

No dia seguinte (sábado, 5), é a vez de assistir à actuação do grupo de música popular Camarantando.

Torneios em Faro

A exposição retrospectiva da pintora Ana Lima-Netto encerra hoje. Se ainda não foi visitar esta mostra no Museu Arqueológico e Lapidar Infante D. Henrique, aproveite o último dia, no horário que vai das 9 às 12 horas ou das 14 às 17 horas.

O Café das Pirâmides será o cenário da tertúlia «A memória de Faro em torno das suas mais representativas associações». Trata-se de uma acção que decorre amanhã, a partir das 18 horas, e que contará com a participação de diversas figuras ligadas a associações recreativas e cultu-

rais que num passado recente tiveram bastante influência na vida da cidade. Integrados nas comemorações do Dia da Cidade de Faro, a autarquia local e o Sporting Farense organizam, no sábado e domingo, o Torneio Cidade de Faro, em seniores, e o Torneio Dia da Cidade, em iniciados.

Malha na Guarda

Um torneio aberto de malha animará o domingo, dia 6, na Aldeia do Bispo.

Fotografias em Lisboa

No Centro de Arte Moderna da Fundação Calouste Gulbenkian, são apresentadas duas novas exposições neste mês: «Sessão Contínua» e «Materiais de Construção». «Sessão Contínua», patente a partir de hoje e até Novembro, na Galeria de Exposições Temporárias, é constituída por duas instalações vídeo - «Hotel Europa», de Manuel Valente Alves, e «Impulsos e Vacilações», de Noé Sendas.

No dia 5, às 21 e 30, e 6, às 17 horas, no Grande Auditório da Fundação Calouste Gulbenkian, decorrerá o espectáculo «Moving into Dance». Trata-se de um evento concebido na África do Sul, pelo coreógrafo Vincent Sekwati Mantsoe.

A mostra «Livro de Viagens - Fotografia Portuguesa 1854 - 1997» poderá ser visitada diariamente, até ao domingo, dia 6, entre as 11 e as 20 horas, na Galeria as Naus do Centro Cultural de Belém.

O Arquivo Fotográfico Municipal de Lisboa acolhe, até ao dia 17, uma exposição de José Henriques e Silva que retrata o quotidiano de uma comunidade moçambicana de pescadores dos anos 60.

Bruxaria em Óbidos

Encontra-se patente ao público, até ao dia 27, no Solar da Praça de Santa Maria, a mostra «Bruxaria: Objectos Insólitos e Criaturas Fantásticas».

A exposição poderá ser visitada de segunda a sexta-feira, entre as 10 e 30 e as 21 e

30, ou aos sábados, das 10 e 30 até às 24 horas.

Os curiosos que assim o desejarem poderão fazer uso do horário dominical que começa às 10 e 30 e termina às 22 e 30.

Animação em Portimão

As festas populares do Verão prosseguem, hoje, no Parque da Juventude, às 21 horas, com a actuação do Onda Rock.

«Batalha Naval» é uma iniciativa cultural organizada pelos Marafados C. B. Clube e que decorrerá no dia 5, paralelamente à Festa de Montes de Cima.

A animação popular estará igualmente presente no sábado, na Av. Pacheco Leão. Às 22 horas de domingo a Companhia Dei Folli (Itália) actuará em Alvor.

A inauguração da exposição de pintura de Pires de Sousa acontecerá, na terça-feira, dia 8, pelas 18 e 30, no Antigo Mercado Municipal.

Guitarras no Porto

O Rivoli - Teatro Municipal será palco para a actuação das Guitarras Portuguesas Mutantes. Trata-se de um projecto de Nuno Rebelo que conta com a participação de Júlio Pereira, Ricardo Rocha, José Salgueiro e Alexandre Frazão, entre outros músicos.

Bailado em Sintra

A cerimónia de lançamento do CD-Rom «Sintra Património Mundial» realiza-se hoje, às 18 horas, no Sintra-Museu de Arte Moderna - Coleção Berardo.

As noites de Seteais despedem-se este fim-de-semana até para o próximo ano. Assim, amanhã, no sábado, dia 5 e no domingo, dia 6, realizar-se-ão três apresentações do Deutsche Oper am Rhein Ballet.

Esta companhia de Dusseldorf apresentará «Black Cake», de Tchaikovsky/Janáček/Stravinsky, e «Carmina Burana», de Carl Orff.

Até ao dia 9 poderá visitar, na Galeria Municipal do Museu Regional de Sintra, a mostra de pintura de Maria José Ferreira.

SUGESTÃO

SINATRA NA CINEMATECA

A Cinemateca Portuguesa presta, hoje, homenagem a Frank Sinatra, com um ciclo dedicado ao cantor, que antecede a apresentação de uma antologia de cinema espanhol.

«Homenagem a Frank Sinatra» é o título do ciclo de quatro filmes que a Cinemateca dedica ao cantor norte-americano, falecido no passado mês de Maio.

A partir de amanhã, é a sétima arte espanhola que tem o «papel principal», num ciclo intitulado «60 anos de Cinema Espanhol».

Até dia 21 passarão pela Cinemateca cerca de 35 filmes, de autores diferentes, realizados em Espanha entre os anos de 1936 e 96.

A selecção de filmes foi feita por conceituados críticos espanhóis. Segundo Nuno Sena, trata-se de um ciclo muito abrangente, uma antologia histórica.

De acordo com a mesma fonte, este ciclo faz parte da programação espanhola para a Expo'98 e foi organizado em conjunto com o Pavilhão Espanhol.

Dois outros ciclos completam a programação de Setembro. «Sexualidade e Cinema» é o primeiro, a decorrer de 22 a 24. Trata-se de um evento organizado em conjunto com a Sociedade Portuguesa de Sexologia Clínica.

A partir de dia 24, também no âmbito da Expo'98, tem início o ciclo «Documentários Criativos da Flandres».

Este consiste num conjunto de 14 programas constituídos por vários documentários sobre os diferentes aspectos da cultura flamenga.



POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca
Canção para quem vier

*Quem vier
que traga uma palavra amiga,
semente de esperança, na seara da vida.*

*Quem vier
Que traga uma canção de amor,
tão pura e sentida que a cantem de cor.*

*Quem vier
quer creia neste mundo ou não
Aqui sonhe o mundo
Que os filhos terão.*

Luiz Goes
in «Luiz Goes de Ontem e de Hoje»

Teatro da Trindade

Escola do Espectador

II Encontro de Teatro, Formação e Lazer

Encontrar Shakespeare

De 8 a 13 de Setembro

ÚLTIMA COLUNA

Manuel dos Santos



AS PALMAS DA EXPO

Na cerimónia oficial de abertura da Expo 98 foi particularmente notado o comportamento efusivo de uma parte dos convidados, sempre que eram referidas ou apresentadas pessoas ligadas ao governo anterior e, particularmente, ao 1º Comissário da Expo, o Sr. Eng. Cardoso e Cunha.

Este comportamento foi tanto mais identificado quanto contrastava com a relativa frieza dedicada às personalidades ligadas ao actual governo e ao actual comissário - o Sr. Eng. Torres Campos - e sobretudo porque era facilmente localizado num espaço específico da área dos convidados onde se concentravam centenas de colaboradores e funcionários da Expo 98. Não está em causa a liberdade de cada um exprimir a sua admiração e mesmo o seu reconhecimento, mas pareceu-me, na altura, despropositada a tentativa de aproveitar uma sessão solene com larga mediação, para uma espécie de concurso de simpatia e até de fervor partidário.

Não há muitas dúvidas sobre a proveniência cultural, social e ideológica da grande maioria dos quadros da Expo 98. O

Sr. Engº Cardoso e Cunha, todos o sabem, não brinca em serviço, e é pois natural que a Exposição do nosso encanto e as empresas a ela associadas sejam um verdadeiro depósito de empregos para o PSD.

Sempre pensei que os lugares devem ser ocupados pelos mais competentes para os exercerem, mas não me resigno à ideia de que os competentes estão todos no PSD e escasseiam no meu próprio partido.

Penso aliás que na maioria dos casos existe uma grande "fungibilidade" de competências que tornam perfeitamente possível e justificável que o poder procure colocar em lugares de responsabilidade "quadros competentes da sua confiança política".

Compreendo no entanto e aceito o princípio do "no jobs for the boys".

Trata-se aliás de introduzir na Administração Pública, incluindo nos seus sub-sectores mais politizados, regras de transparência, clareza e igualdade absolutamente essenciais para melhorar a eficácia e eficiência da Gestão Pública.

Agora o que me parece difícil, e perigoso, é alterar substancial e abruptamente "re-

gras", no meio de um processo, validando comportamentos anteriores menos claros e transparentes e que, por essa via, acabam por se tornar permanentes.

A experiência dolorosa recente da Expo, e a teia de interesses e relações perigosas que começa a ser conhecida é, a meu ver, a consequência clara e indelmentável desse comportamento.

E estou seguro que a procriação só agora sai do adro.

É por isso que é de aplaudir e decisão do governo de inquirir a situação administrativa e financeira da Expo e empresas associadas de forma completa e com todas as consequências.

Até lá um consolo nos fica: o de finalmente termos entendido o porquê de tantas palmas na cerimónia de abertura e de termos "identificado" boa parte dos efusivos aplaudidores.

PS: A minha última crónica "o elogio da loucura" provocou uma reacção violenta por parte do PSD.

Ainda bem; significa que atingiu os seus objectivos.

Voltarei ao tema numa das próximas oportunidades.

«Um dia destes ainda vejo o professor Marcelo a reunir a Comissão Política e pedir uma maioria de dois terços para abrir a porta da sede do partido.»

Jorge Coelho

Diário de Notícias, 28 de Agosto

«A corrupção, como dizia e muito bem o meu colega António Costa, não tem cor. Não é do PSD nem do PS.»

Idem, ibidem

«Já foram pessoas presas e que eu saiba não são pessoas nomeadas pelo comissário Torres Campos.»

Idem, ibidem

«Os Estados democráticos desenvolvidos caracterizam-se pela profunda descentralização, pela celeridade e estratégia de proximidade na tomada de decisões.»

Eduardo Cabrita

Público, dia 30 de Agosto

«No final do século, só cultores da ineficiência burocrática ou de uma visão napoleónica do Estado podem confundir coesão nacional com centralismo.»

Idem, ibidem

«Como o cavaquismo demonstrou, pela negativa, ao longo de uma década, só dando início a um processo gradualista de descentralização é possível racionalizar o Estado e reforçar os municípios.»

Idem, ibidem

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director

Fernando de Sousa

Director-adjunto

José Manuel Viegas

Redacção

J.C. Castelo Branco

Maria João Rodrigues

Colaboração

Rui Perdigão

Secretariado

Sandra Anjos

Paginação electrónica

Francisco Sandoval

Edição electrónica

Joaquim Soares

José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17

Restelo

1400 Lisboa

Telefone 3021243 Fax 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26,

Dafundo

1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de

Transportes e Distribuições, Lda, Complexo CREL,

Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macao	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Cheque	Vale de correio	
6 meses	12 meses	
Valor		\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macao	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.